

Estudo Técnico Preliminar 133/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 64613.004896/2025-37

2. Descrição da necessidade

2.1. O Instituto Militar de Engenharia (IME), instituição de ensino superior vinculada ao Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército Brasileiro, possui como missão a formação de engenheiros militares, a produção de conhecimento científico-tecnológico e o apoio à instrução militar, exigindo a manutenção permanente de condições adequadas de funcionamento em suas instalações.

2.2. Para garantir a salubridade, segurança e conservação dos ambientes físicos utilizados nas atividades acadêmicas, administrativas, laboratoriais, operacionais e de instrução, é indispensável a prestação contínua dos serviços de asseio, limpeza e conservação, com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos.

2.3. A contratação visa atender três áreas sob responsabilidade do IME, totalizando aproximadamente 68.870 m² e 412m³ de reservatórios de água diversos:

2.3.1. O campus principal do IME (instalações administrativas e acadêmicas), com aproximadamente 41.662 m² e 392m³ de reservatório de água diversos;

2.3.2. O Parque de Instrução Ricardo Franco (PIRF), área de instrução militar do IME, com aproximadamente 15.632m² e 20m³ de reservatório de água diversos;

2.3.3 O Posto Avançado de Pesquisas no Centro Tecnológico do Exército (CTEx), com aproximadamente 11.576 m².

2.4. A inexistência de profissionais no quadro próprio da Administração para execução direta da atividade, aliada à sua natureza contínua, justifica a terceirização dos serviços, nos termos do Decreto nº 9.507/2018, da IN SEGES nº 5/2017 e da jurisprudência do TCU, que reconhece a legitimidade e necessidade de contratação indireta para esse tipo de serviço.

2.5. A não realização da contratação comprometeria a continuidade das atividades finalísticas da Instituição, além de causar prejuízos à saúde dos usuários e à preservação do patrimônio público, sendo, portanto, classificada com alta prioridade.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Divisão Administrativa	Guilherme Marinho Galvão

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. A prestação dos serviços de asseio, limpeza e conservação deverá observar, no mínimo, os seguintes requisitos técnicos e administrativos, necessários para assegurar a adequada execução contratual:

4.1 Requisitos técnicos e operacionais:

4.1.1. Execução dos serviços de forma contínua, com dedicação exclusiva de mão de obra, envolvendo rotinas diárias e periódicas conforme cronograma previamente aprovado;

4.1.2. Fornecimento de todos os materiais de consumo, equipamentos e insumos necessários à prestação adequada dos serviços, devidamente especificados no Termo de Referência;

4.1.3. Apresentação de plano de trabalho contendo escalas, divisão de tarefas e fluxos operacionais, a ser validado pela fiscalização contratual;

4.1.4. Substituição imediata de empregados faltosos, com manutenção da qualidade e da produtividade exigidas.

4.2 Requisitos de habilitação técnica:

4.2.1. Comprovação de aptidão para a prestação de serviços com características, quantidades e prazos compatíveis ao objeto, mediante atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, conforme modelos a constar no Termo de Referência;

4.2.2. Os atestados deverão demonstrar, cumulativamente:

4.2.2.1. Prestação de serviços de limpeza, asseio e conservação com dedicação exclusiva de mão de obra;

4.2.2.2. Execução de, no mínimo, 20% da força de trabalho mínima a ser contratada;

4.2.2.3. Área limpa mínima de 20% da área total estimada do contrato, sendo admitido o somatório de atestados para cumprimento dos percentuais;

4.2.3. Será aceita a soma de atestados de contratos diferentes, desde que os serviços tenham sido executados de forma simultânea, conforme item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES nº 5/2017;

4.2.4. Os atestados devem referir-se a serviços prestados no âmbito da atividade econômica principal ou secundária da empresa, conforme seu contrato social vigente;

4.2.5. Somente serão aceitos atestados emitidos após a conclusão dos contratos, ou que comprovem, no mínimo, 1 ano de execução, salvo contratos originalmente pactuados por período inferior;

4.2.6. A empresa deverá disponibilizar documentação complementar que permita a conferência da veracidade dos atestados, tais como cópias contratuais, endereço da contratante e locais de execução;

4.2.7. A exigência de comprovação mínima de experiência (1 ano) visa mitigar riscos contratuais associados à contratação de empresas inexperientes.

4.2.8. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

4.2.8.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.2.3. Qualificação Técnico-Operacional

4.2.3.1. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

4.2.3.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

4.2.3.1.1.1. contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 2 (dois) anos do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

4.2.3.1.1.2. contrato(s) que comprove(m) a execução, pelo fornecedor, de serviços envolvendo o mínimo de 20% (vinte por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados;

4.2.3.1.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

4.2.3.1.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

4.2.3.1.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

4.2.3.1.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

4.2.3.2. Declaração de que o fornecedor possui ou instalará escritório no município do Rio de Janeiro - RJ, o que deverá ser comprovado no prazo máximo de 60(sessenta) dias, contado a partir da vigência do contrato.

4.2.3.3. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

4.2.3.4. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

4.3 Requisitos de estrutura e apoio local:

4.3.1. Com fundamento no item 10.6, alínea "a", do Anexo VII-A da Instrução Normativa SEGES /MPDG nº 05/2017, a licitante deverá apresentar declaração de que possui ou instalará escritório no município da prestação dos serviços ou em um raio de até 100 km, devendo essa condição ser comprovada no prazo de até 60 (sessenta) dias úteis após a assinatura do contrato.

4.3.2. Caso a licitante já possua estrutura física local, deverá declarar sua manutenção durante toda a vigência contratual, conforme modelo a ser disponibilizado no Termo de Referência.

4.3.3. A exigência de escritório local não constitui restrição à competitividade, uma vez que se trata de condição de execução contratual, e está plenamente respaldada na legislação vigente, buscando garantir a eficiência, a continuidade e a segurança jurídica da execução dos serviços contratados. Ademais, alinha-se aos princípios da eficiência, do interesse público e da razoabilidade, nos termos do art. 5º, incisos I e III, da Lei nº 14.133/2021.

4.3.4. Abaixo seguem as razões práticas e operacionais que justificam tal exigência:

4.3.4.1. A manutenção de um escritório local possibilita à contratada mobilizar com celeridade

recursos humanos e materiais para resolução de quaisquer intercorrências operacionais. Situações como substituição de profissionais ausentes, reforço pontual de equipes ou atendimento a emergências operacionais exigem resposta imediata. Diante da alocação de ao menos 48 profissionais, tal capacidade é imprescindível para assegurar a continuidade dos serviços com o padrão de qualidade exigido pelo Instituto Militar de Engenharia (IME).

4.3.4.2. A existência de um ponto físico de contato viabiliza reuniões de alinhamento, tratativas de não conformidades, entrega de relatórios e planejamento de ações corretivas ou preventivas. Essa proximidade fortalece a comunicação institucional, facilita a atuação da fiscalização e contribui para o acompanhamento efetivo da execução contratual.

4.3.4.3. O escritório local funcionará como núcleo de apoio à equipe alocada, otimizando processos de seleção, admissão, treinamento, controle de frequência, gestão de benefícios e acompanhamento de desempenho. Tal estrutura promove a estabilidade da força de trabalho, minimiza a rotatividade e fortalece o vínculo entre os trabalhadores e a empresa, refletindo positivamente na qualidade dos serviços prestados.

4.3.4.4. A base local permitirá à empresa gerenciar o estoque de insumos, materiais de limpeza, equipamentos e uniformes de forma eficaz. Isso evitará a descontinuidade da prestação dos serviços por falta de recursos materiais e garantirá que as equipes estejam sempre abastecidas e operacionais, conforme os níveis de exigência e criticidade do IME.

4.3.4.5. A instalação de uma estrutura física na localidade demonstra o comprometimento da contratada com a execução plena do contrato, reforçando sua seriedade e capacidade técnica. Isso fortalece a relação institucional entre as partes e evidencia a responsabilidade da empresa na entrega dos serviços conforme pactuado.

4.3.4.6. Em contratos com elevado número de colaboradores, a proximidade física facilita o atendimento de demandas trabalhistas e legais, promovendo respostas mais rápidas a notificações, fiscalizações e obrigações acessórias. Essa estrutura local reduz riscos contratuais e assegura maior controle jurídico sobre a execução, promovendo a segurança jurídica e a regularidade do vínculo contratual.

4.4 Requisitos de sustentabilidade:

4.4.1. A empresa deverá adotar critérios e práticas de sustentabilidade ambiental e social, em conformidade com o Termo de Referência e as diretrizes do Plano de Logística Sustentável (PLS) da Instituição.

4.5 Requisitos de Saúde e Segurança do Trabalho:

4.5.1. A contratada deverá apresentar, após a assinatura do contrato e anualmente, os seguintes documentos:

4.5.1.1. Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA);

4.5.1.2. Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO);

4.6 Requisitos de escolaridade mínima dos profissionais:

4.6.1. Para os cargos de servente de limpeza (com ou sem adicional de insalubridade): exigido ensino fundamental I completo;

4.6.2. Para os cargos de encarregado e supervisor: exigido ensino médio completo e conhecimento básico de informática.

4.7 Requisitos relacionados à mitigação de riscos trabalhistas:

4.7.1. A contratante adotará o modelo da Conta-Depósito Vinculada, nos termos da IN SEGES nº 5 /2017, como medida de segurança para o pagamento de encargos trabalhistas em caso de inadimplemento da contratada.

4.8 Base normativa:

4.8.1. A contratação será baseada no Caderno de Logística para Serviços de Limpeza, Asseio e Conservação, publicado pelo MPOG em abril de 2014, e complementada pelas disposições da IN SEGES nº 5/2017 e da Lei nº 14.133/2021.

4.8.2. A Contratada deverá dispor de profissionais obrigatoriamente contratados de acordo com a legislação trabalhista (Consolidação das Leis do Trabalho - CLT), obedecidas também outras disposições constantes de acordos ou convenções coletivas de trabalho, celebrados entre entidades sindicais (devidamente registradas no Ministério do Trabalho e Emprego).

4.8.3. A Contratada deverá atender às normas e portarias sobre segurança no trabalho e providenciar os seguros exigidos por lei, na condição de única responsável por acidentes e danos que eventualmente causar a pessoas físicas ou jurídicas envolvidas, direta ou indiretamente, nos serviços contratados.

4.8.4. A Contratada deverá também se responsabilizar pelo pagamento e o ônus relativo a taxas, tributos, contribuições sociais, indenização trabalhista, auxílio-alimentação, vale-transporte e outros encargos previstos em lei, incidentes ou decorrentes do contrato de trabalho.

4.8.5. A Contratada deverá seguir a legislação sanitária em vigor, respondendo com exclusividade, por todas e quaisquer multas ou interpeleções das autoridades competentes.

4.8.6. Os valores relativos à ausência de cobertura do posto de trabalho serão glosados do faturamento mensal da contratada, dividindo-se o valor mensal do posto de trabalho pelos dias úteis do respectivo mês e multiplicando-se esse resultado pela soma dos dias úteis da ausência de cobertura, mantendo integralmente os custos de insumos diversos da planilha autopreenchimento de custos e formação de preços, desde que tenham sido entregues integralmente pela contratada no respectivo mês.

4.8.7. O prazo e a contagem dos prazos para início da execução dos serviços se dará a partir da data de assinatura do contrato ou da ordem de serviço, conforme o caso.

4.8.8. Os deveres e disciplina dos prestadores de serviço são os seguintes:

- a) cumprir todas as normas disciplinadoras durante a jornada de trabalho e determinações legais emanadas da Contratante;
- b) assumir diariamente o posto de trabalho, devendo comparecer 10 (dez) minutos antes no local de trabalho, portando crachá de identificação com fotografia recente;
- c) manter-se no posto de trabalho, não devendo se afastar dos seus afazeres, principalmente para atender chamados ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros não autorizados;
- d) deixar o posto de trabalho, somente após o encerramento de seu serviço, salvo em situações de absoluta necessidade;
- e) comunicar, com antecedência, ao preposto da Contratada a necessidade de faltar ao serviço, por motivo de saúde ou força maior;
- f) tratar todos os servidores, colaboradores da Contratante, colegas de trabalho e o público em geral com educação, urbanidade, presteza e atenção;
- g) comunicar imediatamente aos fiscais do contrato qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, e que possa vir a representar risco à segurança, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;
- h) não contatar verbal ou por escrito qualquer autoridade ou servidores da Contratante para tratar de assuntos atinentes ao Contrato, o que deve ser feito direta e exclusivamente ao preposto da Contratada;
- i) não permanecer em grupos conversando com visitantes, colegas, servidores ou prestadores de serviços;
- j) desenvolver todas as atividades inerentes a sua área de responsabilidade, de acordo com

as necessidades do serviço;

k) abster-se da execução de atividades alheias aos objetivos previstos no Termo de Referência, durante o período em que estiver prestando os serviços; m) guardar sigilo das informações relacionadas ao serviço;

l) atender, de pronto imediato, as determinações emanadas da Contratante;

m) acatar as orientações do preposto da Contratada;

4.9 Requisitos de inclusão social e cumprimento de cotas:

4.9.1. A empresa contratada deverá observar e cumprir a obrigatoriedade prevista no Decreto nº 11.430, de 7 de julho de 2023, que estabelece a reserva mínima de 8% (oito por cento) das vagas para mulheres em situação de violência doméstica e familiar em contratos de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra firmados com a Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

4.9.2. A contratada deverá apresentar e manter, durante toda a vigência do contrato, comprovação documental que demonstre a efetiva inclusão dessas mulheres no quadro funcional, assegurando o cumprimento da cota mínima exigida.

4.9.3. O descumprimento desta exigência configurará infração contratual, sujeitando a empresa contratada às penalidades previstas no edital e no contrato, incluindo advertências, multas e, em casos graves, a rescisão contratual.

4.9.4. Essa exigência reforça o compromisso da Administração Pública com a promoção da igualdade de gênero e a proteção das mulheres em situação de vulnerabilidade, alinhando a contratação aos princípios da responsabilidade social e inclusão.

4.10.1. A contratada deverá cumprir a obrigatoriedade legal de reserva de vagas para Pessoas com Deficiência (PCD), conforme previsto na Lei nº 8.213/1991, no Decreto nº 3.298/1999 e demais normas aplicáveis.

4.10.2. A empresa deverá comprovar documentalmente o cumprimento dessa reserva, mediante apresentação de declarações, relatórios ou outros documentos que atestem a inclusão efetiva das Pessoas com Deficiência no quadro de colaboradores.

4.10.3. A contratada deverá observar e cumprir a cota para Aprendizizes, conforme disposto na Lei nº 10.097/2000 e no Decreto nº 9.579/2018.

4.10.4. A empresa deverá apresentar comprovação do cumprimento da cota para aprendizes, por meio de documentação válida, em conformidade com a legislação vigente.

4.10.5. O descumprimento das cotas para PCD e Aprendizizes será considerado infração contratual, sujeitando a contratada às penalidades previstas no edital e no contrato.

4.10.6. A adoção dessas medidas reforça o compromisso da Administração Pública com a promoção da inclusão social, da diversidade e da responsabilidade social nas contratações públicas.

5. Levantamento de Mercado

5.1. O levantamento de mercado foi realizado com o objetivo de garantir a compatibilidade dos preços estimados com os valores praticados no mercado, assegurando a economicidade e a eficiência na contratação dos serviços de asseio, limpeza e conservação.

5.2. Para a elaboração do orçamento estimado, foram consultadas diversas fontes, tais como:

- 5.2.1. Pesquisas de preços em portais oficiais de compras públicas, incluindo o Comprasnet e outras plataformas de pregão eletrônico;
- 5.2.2. Cotações informais junto a empresas especializadas no fornecimento de serviços similares, incluindo fornecedores locais com experiência comprovada em contratos públicos;
- 5.2.3. Tabelas e parâmetros previstos no Caderno de Logística para Serviços de Limpeza, Asseio e Conservação do MPOG, publicado em abril de 2014;
- 5.2.4. Histórico de contratos anteriores celebrados pelo Instituto Militar de Engenharia e por outras instituições públicas de perfil similar.
- 5.3. O levantamento indicou que os preços praticados no mercado para os serviços contratados estão em conformidade com os valores estimados para a elaboração do orçamento base, considerando a especificidade e a qualidade exigida para a execução dos serviços.
- 5.4. A metodologia adotada para coleta dos preços observou critérios de comparabilidade entre as propostas, abrangendo a análise de preços unitários, composição de custos com mão de obra, insumos, equipamentos e despesas administrativas.
- 5.5. Ressalta-se que o orçamento estimado contemplou os encargos trabalhistas, a necessidade de adoção de medidas de segurança, saúde no trabalho e as exigências relativas à sustentabilidade e à inclusão social previstas neste Termo de Referência.
- 5.6. O levantamento de mercado será atualizado periodicamente durante o processo licitatório, de modo a refletir eventuais variações de preços e garantir a manutenção da competitividade e da economicidade.
- 5.7. Considerando a complexidade e a relevância do objeto, a Administração reserva-se o direito de aprofundar o levantamento, por meio de diligências ou consulta adicional a especialistas, caso se constate a necessidade de ajustes no orçamento ou nos requisitos técnicos.
- 5.8. Análise das alternativas para a execução dos serviços
- 5.8.1 No levantamento de mercado foram consideradas outras formas de execução do serviço de asseio, limpeza e conservação, tais como:
- 5.8.1.1. Execução direta pela Administração Pública, com contratação de pessoal próprio e aquisição direta dos insumos e equipamentos necessários;
- 5.8.1.2 Contratação de cooperativas de trabalho, que possuem regime jurídico e operacional diferente da terceirização tradicional;
- 5.8.1.3. Terceirização dos serviços, por meio de contratação de empresa especializada, com responsabilidade integral pela gestão da mão de obra e dos insumos.
- 5.9. Após análise detalhada, a terceirização dos serviços mostrou-se a alternativa mais adequada pelos seguintes motivos:
- 5.9.1. Especialização técnica e operacional: Empresas terceirizadas possuem expertise específica na gestão e execução dos serviços de limpeza, assegurando qualidade, padronização e atualização tecnológica dos métodos e insumos empregados;
- 5.9.2. Redução de custos e riscos trabalhistas: A contratação especializada mitiga os riscos de passivos trabalhistas e encargos decorrentes da contratação direta de pessoal, alinhando-se às melhores práticas de gestão pública;

5.9.3. Flexibilidade e agilidade na gestão do contrato: A terceirização permite ajustes rápidos nas escalas e demandas, garantindo a continuidade dos serviços com menor burocracia administrativa;

5.9.4. Atendimento às normas legais vigentes: As empresas especializadas estão habituadas a cumprir as exigências normativas relativas à saúde e segurança do trabalho, responsabilidade social, sustentabilidade e demais requisitos legais específicos;

5.9.5. Economia de escala e eficiência: A terceirização viabiliza a otimização de recursos, com contratação de equipes dedicadas e estrutura de apoio que dificilmente seriam alcançadas pela administração direta.

5.10. Dessa forma, a contratação por meio de terceirização se apresenta como a solução mais vantajosa para o, garantindo o atendimento aos padrões de qualidade, conformidade legal e economicidade.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A presente contratação tem por objeto a prestação de serviços contínuos de asseio, limpeza e conservação das instalações físicas e mobiliárias do Instituto Militar de Engenharia (IME), Parque de Instrução Ricardo Franco (PIRF) e Posto Avançado de Pesquisas no Centro Tecnológico do Exército (CTEx), abrangendo áreas internas e externas, conforme especificações técnicas abaixo:

6.1.1. Local de execução

6.1.1.1. Instituto Militar de Engenharia (IME) - Praça Gen. Tibúrcio, 80 - Urca, Rio de Janeiro - RJ, 22290-270.

6.1.1.2. Parque de Instrução Ricardo Franco (PIRF) - R Lauro Pereira da Silva - Urca - Rio de Janeiro, RJ, 22291-125.

6.1.1.3. Posto Avançado de Pesquisas no Centro Tecnológico do Exército (CTEx) - Av. das Américas, 28705 - Barra Guaratiba, Rio de Janeiro - RJ, 23020-470.

6.1.2. Horário de execução

6.1.2.1. O horário de execução dos serviços deve seguir o horário de expediente do IME, PIRF e CTEx, até a totalização de horas semanais contratadas (44 horas).

6.1.2.2. Qualquer alteração de horários, atividades ou eventos deve ser aprovada pela Divisão Administrativa do IME.

6.1.3. Segurança orgânica

6.1.3.1. As normas de segurança, acesso e trânsito pelas instalações do IME devem ser seguidas por todos os profissionais da empresa.

6.1.3.2. Uma relação com os dados atualizados dos profissionais deve ser entregue mensalmente para verificações e atualizações nos sistemas de acesso.

6.1.3.3. Toda autorização de acesso e trânsito deve ser aprovada pela Divisão Administrativa do IME.

6.2. A solução contratada consiste na terceirização integral dos serviços, mediante a contratação de empresa especializada, responsável pela gestão completa da mão de obra, fornecimento dos materiais, equipamentos e insumos necessários à execução das atividades, bem como pelo cumprimento das normas técnicas, de segurança, saúde e sustentabilidade aplicáveis.

6.3. Para garantir a adequada prestação dos serviços de limpeza, conservação e asseio nas dependências, as áreas a serem atendidas foram classificadas conforme suas finalidades, natureza de uso e criticidade sanitária, as quais encontram-se no ANEXO I deste ETP. A seguir, detalha-se a frequência mínima exigida para cada tipo de ambiente:

6.3.1. Áreas Internas

6.3.1.1. Banheiros: limpeza duas vezes ao dia, com foco em desinfecção, uso obrigatório de EPIs (luvas, máscara, avental) e produtos bactericidas aprovados pela ANVISA.

6.3.1.2. Pisos frios (salas e escritórios): limpeza úmida uma vez ao dia, com detergente neutro e pano de microfibra, evitando o uso de produtos abrasivos.

6.3.1.3. Posto Médico / Ambulatório: limpeza uma vez ao dia, com produtos hospitalares registrados e separados por zonas (limpa e contaminada); lavadora automática recomendada.

6.3.1.4. Laboratórios: limpeza uma vez ao dia, com procedimentos específicos definidos pelo responsável técnico do laboratório, sem uso de produtos corrosivos.

6.3.1.5. Pisos acarpetados ou amadeirados: limpeza sob demanda, com aspiração a seco e equipamentos apropriados; limpeza profunda periódica conforme cronograma.

6.3.1.6. Corredores, halls e salões: limpeza uma vez ao dia, com mop plano, produto neutro e atenção à prevenção de escorregamentos.

6.3.1.7. Almoxarifados: limpeza uma vez ao mês, com aspirador industrial e cuidado com umidade para não comprometer os materiais armazenados.

6.3.2. Áreas Externas

6.3.2.1. Áreas verdes e pátios: limpeza e conservação diária, incluindo poda, roçagem e varrição. Utilização de roçadeiras, sopradores e podadores. EPIs obrigatórios: luvas, botas de segurança e protetores auriculares.

6.3.2.2. Esquadrias externas (abaixo de 2,5 metros): limpeza mensal com escovas, esponjas não abrasivas e produtos apropriados ao material da esquadria. É proibido o uso de solventes.

6.3.2.3. Fachadas envidraçadas: limpeza a cada dois meses com equipamentos e produtos específicos, obedecendo às normas de segurança (NR-35), utilizando andaimes ou plataformas elevatórias e EPIs para trabalho em altura.

6.3.2.4. Pisos pavimentados/estacionamentos: limpeza semanal com jatos d'água sob controle, varrição mecânica e uso de sopradores. Devem ser observados aspectos ambientais para evitar contaminação de bueiros e galerias.

6.4. Requisitos Técnicos Complementares

6.4.1. Produtos e Materiais: todos os insumos devem constar em lista anexa ao Estudo Técnico Preliminar (ETP), sendo obrigatória a apresentação de Fichas de Informação de Segurança de Produtos Químicos (FISPQ) atualizadas para todos os produtos utilizados.

6.4.2. Equipamentos: é obrigatória a disponibilização, pela contratada, de equipamentos adequados e em perfeito estado de funcionamento, com reposição imediata em caso de avarias.

6.4.3. Pessoal: os profissionais devem ser treinados previamente nas rotinas específicas do ambiente de trabalho, apresentando comprovação documental. Devem portar crachá, uniforme e EPIs adequados à atividade desempenhada.

6.4.4. Controle de Qualidade: a execução dos serviços será monitorada por meio do Instrumento de Medição de Resultados (IMR), a ser pactuado com a contratada, com base nas áreas, periodicidades e níveis de criticidade estabelecidos.

6.5. Os serviços serão executados em regime de dedicação exclusiva, assegurando a continuidade e regularidade das rotinas diárias e periódicas, conforme cronograma aprovado pela fiscalização contratual.

6.6. A contratada deverá implementar um plano operacional que contemple a escala de trabalho, divisão das equipes, processos e fluxos de execução, mecanismos de supervisão e controle da qualidade, e protocolos para substituição imediata de colaboradores em caso de faltas ou necessidade operacional.

6.7. Para garantir a eficiência e a conformidade com os padrões exigidos, a empresa deverá observar rigorosamente os requisitos técnicos, legais e administrativos estabelecidos, incluindo:

6.7.1. Observância das normas de segurança do trabalho e saúde ocupacional;

6.7.2. Cumprimento das cotas de inclusão social e responsabilidade social (mulheres em situação de violência, pessoas com deficiência, aprendizes);

6.7.3. Adoção de práticas sustentáveis alinhadas ao Plano de Logística Sustentável (PLS);

6.7.4. Garantia de qualificação mínima dos profissionais designados para cada função.

6.8. A gestão do contrato envolverá comunicação direta e contínua com a fiscalização designada pelo IME, que terá competência para acompanhar, avaliar e validar a execução dos serviços, assegurando o atendimento dos níveis de desempenho pactuados.

6.9. A solução contempla ainda a adoção de tecnologias e práticas modernas que promovam a eficiência operacional, como o uso de produtos de limpeza ecológicos, equipamentos adequados para redução do consumo de água e energia, e o monitoramento sistemático da qualidade dos serviços prestados.

6.10. O contrato prevê mecanismos de ajuste e flexibilização que permitam a adaptação da prestação dos serviços diante de mudanças na demanda, expansão das áreas ou necessidades específicas da Administração.

6.11. Fornecimento de Materiais de Consumo, EPIs e Uniformes

6.11.1. Materiais de Limpeza e Manutenção

6.11.1.1. Todos os produtos de limpeza, higienização, desinfecção e conservação deverão ser fornecidos pela contratada em quantidade suficiente e compatível com a rotina diária de trabalho, com fornecimento mínimo conforme relação especificada no ANEXO II deste Estudo Técnico Preliminar (ETP). Os produtos deverão estar devidamente registrados na ANVISA, com apresentação da respectiva Ficha de Informação de Segurança de Produto Químico (FISPQ), sendo vedado o uso de produtos corrosivos, tóxicos ou agressivos ao patrimônio.

6.11.2. Equipamentos de Proteção Individual (EPIs)

6.11.2.1. Todos os profissionais da contratada deverão utilizar EPIs compatíveis com a natureza das atividades desempenhadas, tais como: luvas, máscaras, óculos de proteção, protetores auriculares, botas impermeáveis e cintos de segurança (quando aplicável). A contratada deverá fornecer e repor os EPIs sempre que necessário, garantindo a integridade física dos trabalhadores, conforme exigências da NR-6 do Ministério do Trabalho.

6.11.3. Uniformes

6.11.3.1. É obrigatória a utilização de uniforme completo e padronizado, composto por camisa com emblema da empresa, calça, calçado, avental (quando exigido) e crachá de identificação, todos fornecidos pela contratada. Os uniformes devem estar sempre em boas condições de uso, conservação e limpeza, sendo de responsabilidade da contratada a reposição em caso de desgaste, perda ou danos.

6.12.4. Equipamentos

6.12.4.1. Para realização dos serviços, a empresa deverá dispôr de todo e qualquer equipamento para realização dos mesmos com segurança e eficiência, em quantidade compatível com as áreas e instalações, tais como Aspiradores, Carrinhos coletores de lixo, Carrinhos de limpeza, Extratores de carpetes, Enceradeiras, Extensões, Extensores de cabos, Escadas domésticas, Lavadoras de alta pressão e quaisquer que sejam necessárias.

6.13. Periodicidade e metodologia de limpeza das áreas internas.

6.13.1. Diariamente, uma vez, quando não houver outra frequência definida:

a) Limpar mobiliários, utensílios, aparelhos telefônicos, computadores, impressoras, equipamentos de escritório, persianas, peitoris, caixilhos das janelas, bem como demais móveis existentes, inclusive aparelhos elétricos, extintores de incêndio, etc., utilizando espanador, flanela e produtos

adequados;

- b) Lavar os cinzeiros situados nas áreas reservadas para fumantes;
- c) Aspirar o pó de pisos acarpetados, tapetes, passadeiras e capachos;
- d) Lavar os banheiros (bacias, assentos e pias) no início da manhã e início da tarde, com saneante domissanitários desinfetantes;
- e) Limpar banheiros, desinfetar e coletar o lixo, no mínimo 02 (duas) vezes ao dia ou durante a lavagem e quando for necessário;
- f) Limpar copas e outras áreas molhadas, no mínimo 02 (duas) vezes ao dia, com saneantes domissanitários desinfetantes;
- g) Abastecer com papel toalha, papel higiênico e sabonete líquido os sanitários duas vezes ao dia ou sempre que necessário;
- h) Varrer, passar pano úmido e polir os balcões, escadarias e pisos vinílicos, de mármore ou granito, cerâmicos, de marmorite e emborrachados;
- i) Varrer os pisos de cimento;
- j) Limpar elevadores, interna e externamente, bem como suas guias e capachos, com produtos adequados (quando for o caso);
- k) Varrer, remover manchas e lustrar os pisos encerados de madeira;
- l) Passar pano úmido com álcool nos tampos das mesas e assentos da copa/refeitórios antes e após as refeições;
- m) Retirar o lixo 02 (duas) vezes ao dia, acondicionando-o em sacos plásticos de 100 (cem) litros, removendo-os para local indicado pela Administração;
- n) Deverá ser procedida a coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE no 06 de 03 de novembro de 1995;
- o) Limpar os corrimãos de escadas;
- p) Higienizar os bebedouros, repondo com garrações de água mineral, adquiridos pela Administração;
- q) Remover manchas nos pisos, nas paredes divisórias, suas portas e vidros;
- r) Limpar áreas ajardinadas, internas e externas, arranjos e vasos de plantas, naturais, artificiais e desidratadas;
- s) Abastecer com álcool gel antisséptico para as mãos os dispensers dos corredores;
- t) Executar demais serviços considerados necessários à frequência diária.

6.13.2. Semanalmente, uma vez, quando não houver outra frequência definida:

- a) Limpar estantes e armários e atrás de móveis, armários e arquivos;
- b) Limpar, com produtos adequados, divisórias e portas revestidas de fórmica e madeira;
- c) Limpar, com produto neutro, portas, barras e batentes pintados a óleo ou verniz sintético;
- d) Lustrar todo o mobiliário envernizado com produto adequado e passar flanela nos móveis encerados;
- e) Polir divisórias, móveis e utensílios de madeira;
- f) Limpar detalhadamente estofados, com produto apropriado para forrações de couro, tecidos ou plástico dos assentos e poltronas;
- g) Limpar e polir todos os metais, como válvulas, registros, sifões, fechaduras e outros similares;
- h) Lavar os balcões e os pisos vinílicos, de mármore ou granito, cerâmicos, de marmorite e emborrachados com detergente, encerar e lustrar;
- i) Passar pano úmido com saneantes domissanitários nos telefones;
- j) Limpar os espelhos com pano umedecido em álcool, duas vezes por semana;
- k) Limpar quadros, placas, pinturas, painéis;
- l) Lavar lixeiras, carrinhos utilizados para remoção e contêineres utilizados na coleta de lixo;
- m) Executar demais serviços considerados necessários à frequência semanal.

6.13.3. Mensalmente, uma vez, quando não houver outra frequência definida:

- a) Limpar todas as luminárias por dentro e por fora;
- b) Limpar forros, paredes e rodapés;
- c) Limpar persianas e cortinas, com equipamentos e produtos adequados;
- d) Remover manchas de paredes;
- e) Limpar, engraxar e lubrificar portas, grades, basculantes, caixilhos, janelas de ferro (de malha, de enrolar, pantográfica, de correr, e outros similares);
- f) Realizar lavagem geral de todas as partes azulejadas (banheiros e outras dependências);
- g) Encerar divisórias, móveis e utensílios de madeira;
- h) Polir letras de placas em metal;
- i) Polir corrimãos de escadas;
- j) Lavar capachos, tapetes e passadeiras;
- k) Proceder a uma revisão minuciosa de todos os serviços prestados durante o mês.

6.14. Periodicidade e metodologia de limpeza das áreas externas

6.14.1. Diariamente, uma vez, quando não houver outra frequência definida:

- a) Remover capachos e tapetes, procedendo a sua limpeza;
- b) Varrer, passar pano úmido e polir os pisos vinílicos, de mármore, cerâmicos, de marmorite e emborrachados;
- c) Varrer as áreas pavimentadas.

6.14.2. Semanalmente, uma vez, quando não houver outra frequência definida:

- a) Limpar e polir todos os metais (torneiras, válvulas, registros, sifões, fechaduras, etc.)
- b) Lavar os pisos vinílicos, de mármore, cerâmicos, de marmorite e emborrachados, com detergente, encerar e lustrar;
- c) Retirar papéis, detritos e folhagens das áreas verdes;
- d) Executar demais serviços considerados necessários à frequência semanal.

6.14.3. Mensalmente, uma vez, quando não houver outra frequência definida:

- a) Lavar as áreas cobertas destinadas à garagem/ao estacionamento;

6.15. Periodicidade e metodologia de limpeza de esquadrias

6.15.1. Mensalmente, uma vez, quando não houver outra frequência definida:

- a) Limpar todos os vidros e esquadrias, face interna e externa sem risco, aplicando produto antiembaçante, com equipamentos e acessórios adequados

6.15.2. Semestralmente, uma vez, quando não houver frequência definida:

- a) limpar todos os vidros e esquadrias de face externa com risco, com as normas de segurança de trabalho, aplicando-lhes produtos antiembaçantes.

6.16. Periodicidade e metodologia de limpeza das caixas, cisternas e reservatórios de água.

6.16.1. Semestralmente, uma vez, quando não houver frequência definida:

- a) Lavar os reservatórios, caixas e cisternas dos prédios, removendo lama depositada, desinfetá-las e averiguar avarias;
- b) Recolher amostra de água para teste laboratorial e aprovação da qualidade da água após realizar limpeza.

6.17. As demandas e alterações nas atividades previstas, assim como as não previstas neste estudo, poderão ser ajustadas entre as partes, trazidas pelos fiscais de contato para aprovação da Divisão Administrativa do IME.

6.18. Com essa solução integrada, o IME e suas dependências asseguram o ambiente físico adequado para o desenvolvimento de suas atividades institucionais, preservando a higiene, a conservação dos bens públicos e o bem-estar dos usuários das instalações.

6.19. Em atendimento aos incisos VIII e IX do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, apresenta-se a motivação das escolhas discricionárias realizadas na fase preparatória, relacionadas à modalidade, modo de disputa, critério de julgamento, decisão sobre parcelamento e resultados esperados da contratação encontram-se abaixo justificados:

6.19.1. A modalidade escolhida é o pregão eletrônico, com fundamento nos arts. 17, §2º, e 28, inciso II, da Lei nº 14.133/2021. Considerando que o objeto consiste na prestação de serviços comuns de limpeza com dedicação exclusiva de mão de obra, a utilização do pregão é juridicamente adequada e tecnicamente recomendada.

6.19.2. A escolha da forma eletrônica visa ampliar a competitividade, assegurar maior transparência, reduzir custos operacionais e permitir a participação de empresas localizadas em outras regiões, em consonância com os princípios da eficiência, isonomia e publicidade.

6.19.3. O modo de disputa será o aberto, nos termos do art. 56, da Lei nº 14.133/2021, por permitir lances sucessivos em sessão pública, incentivando a concorrência em tempo real e aumentando as chances de obtenção da proposta mais vantajosa.

6.19.4. O critério de julgamento será o de menor preço, conforme art. 5, inciso XLI, da mesma lei. Tal escolha se justifica pela necessidade de coordenação centralizada da mão de obra, logística de insumos e fiscalização contratual. A fragmentação do objeto comprometeria a padronização, dificultaria o gerenciamento e aumentaria os riscos operacionais.

6.19.5. A opção pelo não parcelamento da contratação decorre de análise técnica que identificou que a divisão do objeto por áreas, turnos ou tipos de serviço resultaria em sobreposição de rotinas, dificuldades de supervisão, ausência de padronização e aumento de custos indiretos.

6.19.6. A contratação de um único executor assegura coerência operacional, controle mais eficiente da execução, padronização de procedimentos, economia de escala e maior facilidade na gestão contratual, o que justifica a adoção da solução de forma integral.

6.19.7. Espera-se, com a solução adotada, obter os seguintes resultados:

6.19.7.1. Redução de custos unitários por meio da economia de escala;

6.19.7.2. Flexibilidade na alocação e remanejamento da força de trabalho, de acordo com a dinâmica das atividades do IME;

6.19.7.3. Otimização da logística de suprimentos, com reposição centralizada de materiais e equipamentos;

6.19.7.4. Padronização das rotinas de limpeza e conservação, com ganhos de qualidade e regularidade na prestação dos serviços;

6.19.7.5. Maior efetividade no acompanhamento e na fiscalização da execução contratual, com redução de riscos e falhas operacionais.

6.19.8. Conclui-se que a solução proposta está alinhada às normas legais vigentes, aos princípios da administração pública e às recomendações do órgão jurídico, configurando-se como a alternativa mais vantajosa para o interesse público.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A estimativa do número de profissionais necessários à execução dos serviços foi realizada com base:

7.1.1. No levantamento detalhado das áreas físicas internas e externas do IME, PIRF e CTE_x (totalizando cerca de **68.870 m²**);

7.1.2. Na periodicidade definida por tipo de ambiente, conforme especificado no item 6.3 deste ETP;

7.1.3. Nas **faixas mínimas de produtividade**, conforme recomendação do Caderno de Logística da SEGES/2014;

7.1.4. Na priorização da **manutenção da qualidade, da salubridade e da continuidade operacional dos serviços**.

7.2. A seguir, apresenta-se a **quantidade estimada de profissionais gerados a partir do Anexo I**, conforme tipo de atividade e área atendida:

Categoria Profissional	Função / Área Atendida	Quantidade Máxima Estimada	Quantidade Mínima Estimada
Servente – Banheiro	Limpeza e desinfecção de sanitários	9	6
Servente – Piso Frio (salas, corredores)	Limpeza diária de ambientes administrativos/acadêmicos	18	12
Servente – Posto Médico	Limpeza com produtos hospitalares	1	1
Servente – Laboratórios	Limpeza de laboratórios de ensino /pesquisa	20	16
Servente – Piso acarpetado (sob demanda)	Não há previsão fixa de escala	0	0
Servente – Corredores, halls e salões	Limpeza de áreas de circulação	3	2
Servente – Almoxarifado	Limpeza eventual e cuidadosa de depósitos	1	1
Jardineiro – Áreas verdes e pátios	Manutenção diária de vegetação e jardins	8	5

Servente – Esquadrias externas (< 2,5 m)	Limpeza técnica de janelas externas	1	1
Servente – Fachada envidraçada	Limpeza com andaime/plataforma	2	2
Servente – Estacionamentos /pisos externos	Varrição e limpeza técnica de áreas pavimentadas	2	2
TOTAL		65	48

7.2.1. Total estimado: Máximo de 65 profissionais (com produtividade mínima) e Mínimo de 48 Profissionais (com produtividade máxima) e seus respectivos encarregados 1 para cada 30 serventes.

7.2.2. O número indicado é o quantitativo mínimo estimado, com base em produtividade mínima. A contratada deverá apresentar plano de trabalho que comprove a alocação efetiva dos recursos humanos necessários para manter a rotina contratual conforme descrito, e seus respectivos encarregados.

7.3. A contratada será responsável pela substituição imediata de qualquer profissional ausente, garantindo o dimensionamento mínimo contínuo da equipe.

7.4. O quantitativo poderá ser revisto em casos de expansão, reestruturação ou alteração no uso das áreas, mediante solicitação da fiscalização contratual.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 3.010.469,28

8.1. A estimativa do valor da presente contratação foi elaborada com base em levantamento de preços praticados pela Administração Pública Federal, conforme registros disponíveis no Pannel de Preços do Governo Federal (<https://paineldeprescos.planejamento.gov.br/>), ferramenta oficial mantida pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

8.2. A pesquisa de preços foi realizada a partir da busca por contratações similares, com escopo compatível ao objeto deste Estudo Técnico Preliminar, abrangendo:

8.2.1. Serviços contínuos de asseio, limpeza, conservação, jardinagem e apoio operacional;

8.2.2. Contratos com dedicação exclusiva de mão de obra;

8.2.3. Perfil técnico semelhante em termos de áreas atendidas, periodicidade, nível de exigência e composição da equipe;

8.2.4. Referência de valores registrados nos últimos 12 meses, para garantir atualidade e representatividade da amostra.

8.3. A metodologia adotada respeita as orientações do art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e do art. 5º da IN SEGES /ME nº 65/2021, segundo os quais a estimativa de preços pode se basear em contratações similares já realizadas, priorizando fontes oficiais e dados públicos consolidados.

8.4. Com base nessa amostragem, o valor estimado da contratação foi definido como:

8.4.1. Valor mensal estimado: R\$ 250.872,44 (duzentos e cinquenta mil, oitocentos e setenta e dois reais e quarenta e quatro centavos);

8.5.1 Valor anual estimado: R\$ 3.010.469,28 (três milhões, dez mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e vinte e oito centavos).

8.5.2. Este valor considera o reajuste das cláusulas econômicas (salário-base, auxílio-alimentação, Benefício Social Familiar e auxílio-saúde) conforme que estabelece a CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2025 /2026 RJ001061/2025, a partir da data-base da categoria, que é 1o de março. Estas cláusulas econômicas foram reajustadas pelo INPC acumulado no período de janeiro a dezembro de 2021, que é 10,16%.

8.5. O valor acima contempla todos os custos diretos e indiretos, incluindo:

8.5.1. Remuneração dos profissionais, conforme convenção coletiva vigente;

8.5.2. Encargos sociais, trabalhistas e previdenciários;

8.5.3. Fornecimento de materiais de limpeza, insumos e equipamentos;

8.5.4. EPIs, uniformes e produtos controlados;

8.5.5. Custos administrativos, logísticos, tributos e margem de lucro da contratada.

8.6. O detalhamento da pesquisa realizada no Painel de Preços, com identificação dos processos utilizados como referência, encontra-se anexado ao presente Estudo Técnico Preliminar, em conformidade com o art. 6º, §1º, da IN SEGES/ME nº 65/2021.

8.7. A estimativa ora apresentada servirá como valor máximo de referência para análise de aceitabilidade das propostas e julgamento da licitação, conforme previsto no §1º do art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

8.8. Contudo vale salientar que os valores depreendidos por cada funcionário que deverão ser contratados estão listados abaixo conforme Convenção Coletiva de Trabalho 2025/2026, anexo III:

8.8.1. Auxiliar de limpeza: R\$1.730,75.

8.8.2. Encarregado: R\$ 2.161,45.

8.8.3. Jardineiro: R\$ 2.836,97.

8.8.4. Supervisor: R\$4.418,12.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Unidade técnica e operacional do objeto

9.1.1. A execução dos serviços está intrinsecamente interligada, ocorrendo de forma contínua, coordenada e simultânea em todas as dependências da Instituição, sendo essencial a centralização das operações para garantir padronização de procedimentos, uniformidade na supervisão, e maior controle por parte da fiscalização contratual.

9.2. Risco de descontinuidade ou conflitos operacionais

9.2.1. A fragmentação da contratação por tipos de serviço (por exemplo: limpeza interna, limpeza de fachada, jardinagem, roçagem etc.) ou por áreas distintas do campus, implicaria na presença de múltiplos prestadores atuando de forma concomitante no mesmo espaço físico, gerando

sobreposição de atividades, divergência de rotinas operacionais e, principalmente, pulverização de responsabilidades. Isso comprometeria a eficiência e dificultaria a aplicação de sanções contratuais.

9.3. Ganhos de escala e economicidade

9.3.1. A unificação da contratação permite maior poder de negociação para o ente público e melhor estruturação das rotinas operacionais por parte da contratada, otimizando a alocação de pessoal e reduzindo custos indiretos (como encargos de supervisão e gestão). Isso tende a resultar em propostas com menor valor global, em comparação à contratação fragmentada.

9.4. Adequação ao mercado e à experiência prévia

9.4.1. O levantamento de mercado realizado identificou que as empresas do setor usualmente operam de forma integrada, ofertando soluções completas de facilities, com mão de obra multifuncional e gestão centralizada. Os atestados técnicos apresentados nas contratações anteriores corroboram a viabilidade e a prática corrente de contratações únicas para este tipo de serviço.

9.5. Interesse público e segurança institucional

9.5.1. Dada a natureza da Instituição Militar de Engenharia (IME), a prestação contínua dos serviços de apoio e conservação é essencial para a manutenção das condições de salubridade e segurança nas instalações, que envolvem ambientes acadêmicos, administrativos, de pesquisa e de convivência. A centralização da responsabilidade na figura de um único contratado contribui para mitigar riscos operacionais e proteger o interesse público.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Durante a fase de planejamento desta contratação, foi realizada análise quanto à existência de contratações correlatas ou interdependentes que pudessem impactar ou ser impactadas direta ou indiretamente pela execução do objeto previsto neste Estudo Técnico Preliminar.

10.2. Após verificação junto aos setores demandante, técnico e de contratos, não foram identificadas contratações em vigor ou em fase de planejamento que guardem relação de complementaridade, dependência operacional ou sobreposição de escopo com os serviços de asseio, limpeza, conservação e apoio operacional ora propostos.

10.3. Dessa forma, a execução do contrato poderá ocorrer de maneira autônoma e independente, sem risco de conflito de responsabilidades, interfaces técnicas críticas ou sobreposição de atividades com outros contratos administrativos.

10.4. Caso, durante a fase de execução, venha a ser celebrado contrato com objeto que possa interferir na rotina dos serviços de limpeza e conservação (ex.: obras, manutenção predial, reformas estruturais), caberá à fiscalização promover os ajustes operacionais necessários para garantir a compatibilização das atividades.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A presente contratação está em pleno alinhamento com o Plano de Contratações Anual (PCA) do Instituto Militar de Engenharia (IME) para o exercício de 2025, conforme registro da demanda

sob o código específico do planejamento de compras da unidade. O objeto foi classificado como de natureza contínua e essencial, com prioridade alta, em razão de sua vinculação direta à manutenção das atividades acadêmicas, administrativas e operacionais da Instituição.

11.2. A contratação também se encontra em consonância com os princípios da governança pública, atendendo ao disposto no art. 11, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021, ao buscar assegurar o funcionamento ininterrupto da infraestrutura física do IME, condição indispensável à execução de sua missão institucional de formar engenheiros militares, fomentar a pesquisa científica e apoiar a instrução militar.

11.3. Além disso, a contratação contribui para o cumprimento dos compromissos assumidos no Plano de Logística Sustentável (PLS) da unidade, por meio da:

11.3.1. Adoção de produtos de limpeza ambientalmente adequados e com baixa toxicidade;

11.3.2. Priorização do uso racional de recursos hídricos e energéticos no desempenho das atividades;

11.3.3. Inclusão de cláusulas de responsabilidade social, como cotas para mulheres em situação de violência doméstica, PCDs e aprendizes.

11.4. O objeto da contratação não se confunde com o núcleo estratégico das atividades finalísticas do IME, mas constitui atividade-meio essencial ao suporte físico e à preservação das condições ambientais e sanitárias necessárias ao desenvolvimento da missão institucional.

11.5. Por fim, a contratação está vinculada às metas de desempenho previstas no Plano de Gestão da Unidade e será monitorada com base em indicadores de eficiência e qualidade, conforme será especificado no Instrumento de Medição de Resultados (IMR), a ser pactuado com a futura contratada.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. A presente contratação tem como objetivo assegurar a prestação contínua e qualificada dos serviços de asseio, limpeza, conservação, jardinagem e apoio operacional nas dependências do Instituto Militar de Engenharia (IME), promovendo condições físicas e ambientais adequadas para a realização das atividades acadêmicas, administrativas e operacionais da Instituição.

12.2. A seguir, são apresentados os principais benefícios esperados:

12.2.1. Continuidade e eficiência operacional

12.2.1.1. Garantia da regularidade dos serviços essenciais sem interrupções, mesmo em períodos críticos;

12.2.1.2. Apoio direto às atividades-fim do IME, com foco em ensino, pesquisa e gestão institucional;

12.2.1.3. Redução de riscos sanitários e degradação de ambientes de uso coletivo ou técnico.

12.2.2. Profissionalização da execução

12.2.2.1. Utilização de equipe treinada, com definição clara de funções e responsabilidades por área;

12.2.2.2. Implantação de plano de trabalho com escalas, periodicidade e supervisão contínua;

12.2.2.3. Aplicação de protocolos técnicos específicos para áreas sensíveis (laboratórios e ambulatórios).

12.2.3. Responsabilidade social e sustentabilidade

12.2.3.1. Cumprimento das cotas legais: mulheres em situação de violência doméstica (Decreto nº 11.430/2023), PCDs (Lei nº 8.213/1991) e aprendizes (Lei nº 10.097/2000);

12.2.3.2. Uso de produtos com menor impacto ambiental, conforme diretrizes do Plano de Logística Sustentável (PLS) do IME;

12.2.3.3. Incentivo à redução do consumo de recursos naturais e descarte adequado de resíduos.

12.2.4. Redução de custos indiretos e riscos administrativos

12.2.4.1. Eliminação da necessidade de aquisição direta de materiais e gestão interna da força de trabalho;

12.2.4.2. Previsibilidade orçamentária e menor risco de passivos trabalhistas;

12.2.4.3. Maior segurança jurídica com o uso do regime de empreitada por preço global e acompanhamento via IMR.

12.2.5. Alinhamento com os objetivos estratégicos do IME

12.2.5.1. Suporte à missão institucional de formar engenheiros militares e apoiar a Defesa Nacional;

12.2.5.2. Preservação da infraestrutura física da Instituição, garantindo imagem, salubridade e funcionalidade.

12.3. A contratação representa uma solução eficiente, sustentável e juridicamente segura, promovendo a otimização de recursos e contribuindo diretamente para o desempenho institucional do IME.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Para viabilizar a implementação e o início da execução contratual dos serviços de asseio, limpeza, conservação e atividades correlatas, deverão ser adotadas, pela Administração, as seguintes providências:

13.1.1. Elaboração e validação do Plano de Fiscalização

Definir os responsáveis pela fiscalização técnica, administrativa e setorial do contrato, com elaboração de plano contendo rotinas de acompanhamento, checklists, periodicidade de vistorias, controles de frequência e critérios de avaliação de desempenho, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

13.1.2. Designação da Equipe de Fiscalização Contratual

Emitir a portaria ou ordem de serviço que formaliza a designação da equipe de fiscalização, observando a competência técnica e a capacidade de acompanhamento das atividades executadas pela contratada.

13.1.3. Preparação e disponibilização das instalações de apoio

Identificar e disponibilizar à contratada os espaços necessários para guarda de materiais, abrigo de equipamentos e apoio ao pessoal (vestiário, armário, refeitório, sanitário, se aplicável), conforme previsto no Termo de Referência.

13.1.4. Validação do plano de trabalho da contratada

Exigir, antes do início dos serviços, a apresentação do plano de trabalho contendo a escala dos profissionais, distribuição por área, divisão de turnos, hierarquia interna e fluxos operacionais. O plano deverá ser validado pela fiscalização.

13.1.5. Conferência da documentação trabalhista dos profissionais

Solicitar à contratada a relação nominal da equipe que será alocada, acompanhada da documentação comprobatória quanto à regularidade trabalhista, previdenciária e aos exames médicos admissionais exigidos pela legislação.

13.1.6. Vistoria técnica inicial com a contratada

Realizar, em conjunto com a empresa vencedora, uma vistoria técnica inicial para nivelamento de informações sobre os locais de execução dos serviços, riscos envolvidos e alinhamento de expectativas.

13.1.7. Entrega e conferência de materiais e EPIs

Exigir a entrega dos materiais de limpeza, EPIs e uniformes conforme listado no TR, com conferência da conformidade com as especificações técnicas e das respectivas Fichas de Informações de Segurança de Produtos Químicos (FISPQ), quando aplicável.

13.1.8. Implantação do controle de frequência dos profissionais

Definir a metodologia de registro de ponto (manual, eletrônico ou híbrido), compatível com a realidade da unidade, e instruir a contratada quanto ao seu uso obrigatório.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. A execução dos serviços de asseio, limpeza, conservação, jardinagem e apoio operacional poderá gerar impactos ambientais de natureza pontual, decorrentes principalmente da utilização de insumos químicos, do consumo de recursos naturais (água e energia) e da produção de resíduos sólidos urbanos e recicláveis.

14.2. Os principais impactos potenciais identificados são:

14.2.1. Geração de resíduos sólidos urbanos e recicláveis

14.2.1.1. Embalagens plásticas, panos e descartáveis utilizados nas rotinas de limpeza;

14.2.1.2. Restos vegetais provenientes das atividades de jardinagem e roçagem.

14.2.2. Consumo de água e energia elétrica

14.2.2.1. Uso de lavadoras de alta pressão, mangueiras e equipamentos elétricos de limpeza;

14.2.2.2. Potencial desperdício em práticas operacionais ineficientes.

14.2.3. Utilização de produtos químicos

14.2.3.1. Emprego de desinfetantes, detergentes, ceras e outros agentes químicos que, se não manipulados corretamente, podem gerar risco de contaminação ambiental e à saúde humana.

14.3. Como forma de prevenção e mitigação, o Termo de Referência deverá prever medidas de controle ambiental, tais como:

14.3.1. Exigência de produtos biodegradáveis e de baixa toxicidade

A contratada deverá utilizar produtos com certificações ambientais, preferencialmente biodegradáveis, registrados na ANVISA e com FISPQ disponíveis.

14.3.2. Segregação e destinação adequada de resíduos

A contratada deverá promover a coleta seletiva dos resíduos gerados e entregá-los nos pontos definidos pelo IME, conforme orientações do Plano de Gerenciamento de Resíduos da instituição.

14.3.3. Treinamento e orientação da equipe operacional

Os trabalhadores deverão ser capacitados quanto ao uso racional de recursos naturais e à manipulação segura de produtos, visando minimizar impactos ambientais e garantir segurança.

14.3.4. Incentivo à redução do consumo de recursos

Poderá ser estabelecido, como critério de desempenho, a adoção de práticas de economia de água e energia, como uso de equipamentos eficientes e monitoramento do consumo.

14.4. Ressalta-se que os serviços contratados também podem gerar impactos ambientais positivos, como:

14.4.1. Melhoria na qualidade do ambiente institucional, com redução de vetores biológicos, preservação de áreas verdes e salubridade dos espaços utilizados por alunos, servidores e visitantes;

14.4.2. Conformidade com as metas ambientais do Plano de Logística Sustentável (PLS) do IME, reforçando a responsabilidade ambiental da Administração Pública.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. Declaração

Esta equipe declara, para fins de registro no presente Estudo Técnico Preliminar, que a contratação do objeto é viável sob os aspectos técnico, econômico, financeiro e legal, estando plenamente justificada a sua necessidade para o atendimento das demandas institucionais do Instituto Militar de Engenharia – IME.

15.2. Justificativas da Viabilidade

15.2.1. Adequação Técnica

O objeto da contratação atende às necessidades específicas da Unidade, conforme detalhado nas especificações técnicas constantes deste Estudo Técnico Preliminar.

15.2.2. Planejamento e Dotação Orçamentária

A contratação está contemplada no planejamento estratégico do IME e possui dotação orçamentária assegurada, conforme a disponibilidade financeira constante no exercício atual.

15.2.3. Conformidade Legal

A contratação está em conformidade com a legislação vigente, especialmente com a Lei nº 14.133/2021 e demais normativos aplicáveis à Administração Pública.

15.2.4. Análise de Mercado

Foi realizada criteriosa análise de mercado, conforme pesquisa de preços realizada, assegurando economicidade e razoabilidade dos custos estimados.

15.2.5. Relevância Institucional

A contratação é indispensável para o cumprimento das atividades-fim da instituição, contribuindo para a manutenção da qualidade e continuidade dos serviços.

15.3. Recomendação

Recomenda-se o prosseguimento do processo licitatório para contratação do objeto, observando-se as melhores práticas de governança e transparência administrativa.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

GUILHERME MARINHO GALVAO

Membro da comissão de contratação

BRUNA LIDIA FERREIRA THOME

Membro da comissão de contratação

CLAUDIA MARCIA OLIVEIRA DAS CHAGAS

Equipe de apoio

Anexo I - Levantamento de área e número de profissionais mínimo

Levantamento de Área – Instituto Militar de Engenharia

	Áreas Internas							Áreas Externa				TOTAL
	Banheiro	Piso Frio	Posto Médico	Laboratórios	Piso Acarpetados	Corredor, Hall e salão	Almox	Áreas Verdes e pátios	Esquadrias - externa abaixo de 2,5 m	Fachada envidraçada	Pisos arruamentados / Estacion Of	
Ref de Produtividade (m²) Min	200	800	360	360	800	1000	1500	1800	300	130	1800	
Ref de Produtividade (m²) Máx	300	1200	450	450	1200	1500	2500	2700	380	160	2700	
Periodicidade (A)	2	1	1	1	0	1	0,045	1	0,045	0,023	0,2	
Área Total (B)	821	14284	110	7133	568	2911,7	310	13414	3852,09	10977,3	14540	
Área Adequada (C = A x B)	1642	14284	110	7133	0	2911,7	13,95	13414	173,34405	252,4779	2908	
Estimativa da Qtd de Colaboradores												
Máximo (C / Prod Min)	9	18	1	20	0	3	1	8	1	2	2	65
Mínimo (C / Prod Máx)	6	12	1	16	0	2	1	5	1	2	2	48

Descrição da Periodicidade	Índice Numérico (22 dias)	Explicação
3 vezes por dia	3	3 limpezas por dia útil
2 vezes por dia	2	2 limpezas por dia útil
1 vez por dia	1	padrão de referência
3 vezes por semana	0,6	(3 limpezas/semana × 4,33 semanas úteis)
2 vezes por semana	0,4	(2 × 4,33 semanas úteis)
1 vez por semana	0,2	(1 × 4,33 semanas úteis)
2 vezes por mês	0,09	2 ÷ 22 dias úteis
1 vez por mês	0,045	1 ÷ 22 dias úteis
1 vez a cada 2 meses	0,023	1 ÷ 44 dias úteis
Sob demanda (eventual)	0	Sem programação fixa

	Áreas Internas							Áreas Externa			
	Banheiro	Piso Frio	Posto Médico	Laboratórios	Piso Acarpetados	Corredor, Hall e salão	Almox	Áreas Verdes e pátios	Esquadrias - externa abaixo de 2,5 m	Fachada envidraçada	Pisos arruamentados / Estacion Of
Subsolo	12	522		569	-	260	-				
Térreo	168	1524	110	1944	-	740,7	70	3128			1190
Inter 1º/2º	18	1339			-		-				
2º	65	2795		1377	-	592	-				
3º	123	1903		1103	568	592	-				
4º	135	2193		744	-	727	-				
5º	199	1158		445	-		-				
6º	12	700		0	-		-				
Total (m²)	732	12.134	110	6.182	568	2.912	70	3.128	3.659	10.977	1.190
Área Total Interna	22.708										
Área Total Externa	18.954										
Área Total Ex/Int	41.662										

	Áreas Internas							Áreas Externa			
	Banheiro	Piso Frio	Posto Médico	Laboratórios	Piso Acarpetados	Corredor, Hall e salão	Almox	Áreas Verdes e pátios	Esquadrias - externa abaixo de 2,5 m	Fachada envidraçada	Pisos arruamentados / Estacion Of
PIRF	61	1364	0	788			240	10286	193	0	2700
Total (m²)	61	1.364	0	788	0	0	240	10.286	193	0	2.700
Área Total Int	2.453										
Área Total Ext	13.179										
Área Total Ex/Int	15.632										

	Áreas Internas							Áreas Externa			
	Banheiro	Piso Frio	Posto Médico	Laboratórios	Piso Acarpetados	Corredor, Hall e salão	Almox	Áreas Verdes e pátios	Esquadrias - externa abaixo de 2,5 m	Fachada envidraçada	Pisos arruamentados / Estacion Of
CTEx	28	786		163							10650
Total (m²)	28	786	0	163	0	0	0	0	0	0	10.650
Área Total Int	977										
Área Total Ext	10.650										
Área Total Ex/Int	11.627										

Área Total a contratar IME/PIRF/CTEx	68.921
--------------------------------------	--------

ANEXO II do Estudo Técnico Preliminar - ETP

LISTA DE MATERIAL ESTIMADO - CONSUMO MENSAL - IME

MATERIAL	QTD	UNIDADE DE MEDIDA
ALCOOL 70%	40	UNIDADE
HIPOCLORITO BOMBONAS	17	5 LITROS
CREOLINA LATA	4	UNIDADE
DESINFETANTE CONCENTRADO BOMBONA	17	5 LITROS
DETERGENTE NEUTRO CONCENTRADO BOMBONA	17	5 LITROS
ESPONJA DUPLA FACE LAVA LOUÇA	55	UNIDADE
FLANELA BRANCA OU AMARELA	40	UNIDADE
LUVAS DE LATEX AMARELA	40	UNIDADE
LUVAS DE LATEX VERDE	40	UNIDADE
ODORIZADOR DE AMBIENTE BOM AR	27	UNIDADE
LÃ DE AÇO BOMBRIL	6	PCT
PANO DE CHÃO ALVEJADO	110	UNIDADE
PANO TIPO PERFEX	3	ROLO 300 m
PASTA LIMPTECK	6	UND
PASTA PARA LIMPEZA PESADA ROSA	40	UNIDADE
PEDRA SANITARIA	165	UNIDADE
VASELINA	2	UNIDADE
SACO P/ LIXO PRETO 60 LITROS	220	UNIDADE
SACO P/ LIXO PRETO 100 LITROS	220	UNIDADE
SACO P/LIXO PRETO 200 LITROS	220	UNIDADE
SACO P/LIXO PRETO 300 LITROS	110	UNIDADE
SACO P/LIXO INFECTANTE TRANP. 100 LITROS	110	UNIDADE
DRASTIC	6	UNIDADE
DETERGENTE DE PIA LAVA LOUÇAS	27	UNIDADE
LUSTRA MOVEL 500ml	16	UNIDADE
OLEO DE PEROBA 500ml	16	UNIDADE
SABÃO EM PEDRA	6	UNIDADE
SABÃO EM PO	6	KG
INSETICIDA	27	UNIDADE
RODO DE PLASTICO 60CM	11	UNIDADE
RODO DE PLASTICO 40CM	7	UNIDADE
VASSOURA DE PIAÇAVA	17	UNIDADE
VASSOURINHA DE VASO	6	UNIDADE
VASSOURA DE PELO 60CM	3	UNIDADE
PAPEL HIGIENICO ROLÃO 300MTS	660	ROLO 300m
PAPEL TOALHA C/1000 FOLHAS	200	PCT 1000 FOLHAS
PAPEL HIGIENICO ROLINHO 4X30MTS	18	PCT 120 ROLOS
SABONETE LIQ. BOMBONA 5 LITROS	6	5 LITROS
SABONETE LIQ.REFIL PARA SABONETEIRA 500MG	55	UNIDADE
TELA P/MICTORIO	55	UNIDADE
NAFTALINA	33	SACO 1 KG
FIBRA BRANCA	17	UNIDADE
FIBRA VERDE	17	UNIDADE
CERA P/TRATAMENTO DE PISO 3X1 BOMBONA	5	5 LITROS
REMOVEDOR P/TRATAMENTO DE PISO BOMB.	3	5 LITROS
SABÃO PASTOSO PARA PIA	14	UNIDADE

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2025/2026

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: RJ001061/2025
DATA DE REGISTRO NO MTE: 28/04/2025
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR016676/2025
NÚMERO DO PROCESSO: 47997.247806/2025-14
DATA DO PROTOCOLO: 09/04/2025

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DAS EMP ASSEIO E CONS EST DO RIO DE JANEIRO, CNPJ n. 34.037.150/0001-91, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). RICARDO COSTA GARCIA;

E

SINDICATO DOS EMPREGADOS DE EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO DO MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO-RJ, CNPJ n. 34.273.029/0001-69, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). GILBERTO CESAR DE ALENCAR;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de março de 2025 a 28 de fevereiro de 2026 e a data-base da categoria em 01º de março.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **dos trabalhadores nas empresas de asseio e conservação**, com abrangência territorial em **Rio de Janeiro/RJ**.

**SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO
PISO SALARIAL****CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL DA CATEGORIA**

O piso salarial da categoria profissional, a partir de 1º de Março de 2025, será no valor de R\$1.730,75 (um mil e setecentos e trinta reais e setenta e cinco centavos).

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os empregados abaixo relacionados terão os salários que se seguem:

- AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	R\$ 1.730,75
- AUXILIAR DE COZINHA	R\$ 1.730,75
- AUXILIAR DE EMBALAGEM	R\$ 1.730,75
- AJUDANTE DE ARMAZÉM	R\$ 1.730,75
- AUXILIAR DE DEDETIZAÇÃO	R\$ 1.730,75
- AUXILIAR DE LIMPEZA	R\$ 1.730,75
- ARRECADADOR	R\$ 1.730,75

- AUXILIAR DE PORTARIA	R\$ 1.741,24
- AUXILIAR DE ALMOXARIFE	R\$ 1.837,87
- AUXILIAR DE JARDINAGEM	R\$ 1.837,87
- AUXILIAR DE PRODUÇÃO	R\$ 1.837,87
- AUXILIAR DE MANUTENÇÃO	R\$1.730,75
- AUXILIAR DE ESCRITÓRIO	R\$ 2.123,33
- AGENTE ADMINISTRATIVO/DIGITADOR	R\$ 2.136,83
- ALMOXARIFE	R\$ 2.465,73
- ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	R\$ 2.017,51
- ASSISTENTE ADMINISTRATIVO PLENO	R\$ 2.338,69
- ASSISTENTE ADMINISTRATIVO SENIOR	R\$ 2.672,34
- ALPINISTA PREDIAL	R\$ 2.771,73 + periculosidade
- ALPINISTA INDUSTRIAL	R\$ 3.093,10 + periculosidade
- COPEIRA	R\$ 1.730,75
- CONTÍNUO/MENSAGEIRO	R\$ 1.730,75
- COZINHEIRA	R\$ 2.351,66
- CHEFE DE COZINHA	R\$ 2.565,42
- CHEFE DE DEPARTAMENTO OU SEÇÃO	R\$ 3.541,52
- DEDETIZADOR SEM MOTO	R\$ 1.973,47
- DEDETIZADOR COM MOTO	R\$ 2.057,89
- ENCARREGADO	R\$ 2.161,45
- ESCRITURÁRIO DATILÓGRAFO	R\$ 2.476,94
- ENFERMEIRA SUPERVISORA DE HIGIENIZAÇÃO	R\$ 4.418,12
- FAXINEIRA	R\$ 1.730,75
- GARÇOM	R\$ 2.465,73
- INSPETOR DE SERVIÇOS	R\$ 2.567,94
- JARDINEIRO	R\$ 2.836,97
- LIMPADOR	R\$ 1.730,75
- LIMPADOR DE VIDRO	R\$ 1.730,75 + periculosidade
- LIMPADOR DE CAIXA D'ÁGUA	R\$ 1.730,75
- LIMPADOR DE FACHADA COM RAPEL	R\$ 2.205,12 + periculosidade
- MAQUEIRO	R\$ 1.730,75



- MONTADOR/REMANEJADOR	R\$ 1.730,75
- MANOBRISTA	R\$ 1.837,87
- OPERADOR DE CFTV	R\$ 1.730,75
- OPERADOR CENTRAL DE CONTROLE OPERACIONAL	R\$ 1.730,75
- OPERADOR DE COPIADORA	R\$ 1.730,75
- OPERADOR DE ROÇADEIRA	R\$ 1.837,87 + periculosidade
- OPERADOR DE MICROTRATOR	R\$ 1.837,87 + periculosidade
- OPERADOR DE MOTO SERRA	R\$ 1.837,87 + periculosidade
- OPERADOR DE EMPILHADEIRA	R\$ 2.241,35
- OPERADOR DE MÁQUINA LIMPEZA TRIPULADA	R\$ 2.021,66
- OPERADOR DE SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO USUÁRIO	R\$ 1.730,75
- PORTEIRO/VIGIA TERCEIRIZADO/ ZELADOR	R\$ 1.917,71
- RECEPCIONISTA	R\$ 1.837,87
- RECEPCIONISTA PLENO (BILINGUE)	R\$ 2.958,60
- RECEPCIONISTA SENIOR (TRILÍNGUE)	R\$ 3.569,53
- SERVENTE	R\$ 1.730,75
- SUPERVISOR	R\$ 4.418,12
- TÉCNICO EM SECRETARIADO	R\$ 2.250,19
- TRAMITADOR DE DOCUMENTOS	R\$ 1.730,75
- TRICICLISTA	R\$ 1.757,98
- VIGIA TERCEIRIZADO COM MOTO	R\$ 1.917,71

Todos os valores mencionados anteriormente serão válidos para aplicação a partir de 1º de Março de 2025.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Todos os empregados que já percebiam salários superiores aos pisos estabelecidos na presente cláusula, terão seus salários corrigidos em 7,5% (sete vírgula cinco por cento), a partir de Março/2025, não podendo perceber piso salarial inferior ao da sua função previsto na tabela acima, observando-se o parágrafo quinto da presente cláusula.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O "limpador de vidro" só terá direito a receber o adicional de periculosidade, nos casos em que o empregado efetivamente executar serviços de limpeza de vidros em andaimes, numa altura superior à 2,5m (dois metros e meio).

PARÁGRAFO QUARTO: Considera-se "Digitador", inclusive para fins desta cláusula, o trabalho exclusivo em processamento eletrônico de dados, respeitados os limites legais.

PARÁGRAFO QUINTO: Para os empregados que prestam serviços às empresas representadas pelas partes convenientes, e que percebiam salários superiores a R\$5.000,00 (cinco mil reais), fica facultada a livre negociação de reajuste salarial, respeitando, no mínimo, um reajuste de 50% (cinquenta por cento) sobre o

percentual de reajuste do piso da categoria, vigente a partir de 1º de Março de 2025.

PARÁGRAFO SEXTO: Considera-se "Recepcionista Pleno", inclusive para fins dessa cláusula, o trabalho de recepção em geral, podendo ter curso técnico e/ou serviços bilingue.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Considera-se "Recepcionista Senior", inclusive para fins dessa cláusula, o trabalho de recepção em geral, podendo ter curso técnico e/ou serviços trilingue.

PARÁGRAFO OITAVO: Considera-se "Vigia com Moto", inclusive, para fins dessa cláusula, o empregado habilitado para condução de motocicletas e que preste serviços com a utilização de motocicleta no próprio posto de trabalho.

PARÁGRAFO NONO: Caso a utilização da motocicleta inclua atividades fora do posto de trabalho, porém em locais privados, e de forma eventual e por tempo extremamente reduzido, o Vigia com Moto receberá um aditivo remuneratório de 10% sobre o seu piso, sendo que a respectiva diferença remuneratória deverá ser paga a título de indenização no contracheque correspondente ao mês em que o empregado exerceu as atividades descritas no presente parágrafo.

PARÁGRAFO DÉCIMO: ARRECADADOR – QUEBRA DE CAIXA: As empresas concederão mensalmente uma quebra de caixa aos empregados que trabalham na função de arrecadador, no valor equivalente a R\$ 52,50 (cinquenta e dois reais e cinquenta centavos), a título de quebra de caixa.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: O reembolso previsto no parágrafo anterior somente será pago ao empregado arrecadador quando o mesmo estiver em efetivo exercício, para cobertura de toda e qualquer falta na arrecadação apurada, sendo que, em não havendo falta, o valor se torna um ganho adicional ao arrecadador. No entanto, quando identificado faltante de caixa, o arrecadador arcará, mediante desconto em folha de pagamento, com o valor total faltante no mês imediatamente posterior.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: O operador de roçadeira elétrica não fará jus ao adicional de periculosidade, excetuando-se a existência de laudo pericial contrário.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: Os aumentos salariais concedidos espontaneamente pelas empresas, nos últimos 12 meses, poderão ser abatidos na época da data base da categoria.

REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS

CLÁUSULA QUARTA - AUTONOMIA DA VONTADE COLETIVA - LEI Nº.13467/17

Os Sindicatos convenientes estipulam as condições de trabalho previstas neste instrumento normativo em consonância com as regras introduzidas no ordenamento jurídico pela Lei nº. 13467/17.

PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS

CLÁUSULA QUINTA - DATA DO PAGAMENTO

A empresa que não efetuar o pagamento dos salários dos seus empregados no quinto dia útil do mês subsequente, pagará os salários e respectivas vantagens, acrescidos de multa de 2% (dois por cento), mais um dia de salário por dia de atraso.

PARÁGRAFO ÚNICO: Para efeito de pagamento de salário, exclusivamente, o sábado não será considerado dia útil.

CLÁUSULA SEXTA - PRAZO PARA PAGAMENTO DO REAJUSTE

As empresas poderão pagar os novos salários, válidos a partir de Março/2025, e respectivas diferenças

salariais, nos contracheques dos meses de Maio/2025, Junho/2025 e Julho/2025, de forma a operacionalizarem o repasse dos novos custos aos seus contratos de prestação de serviços.

OUTRAS NORMAS REFERENTES A SALÁRIOS, REAJUSTES, PAGAMENTOS E CRITÉRIOS PARA CÁLCULO

CLÁUSULA SÉTIMA - DEMAIS FUNÇÕES TÉCNICAS E DE LIDERANÇA

As demais funções técnicas e de liderança não mencionadas neste documento, perceberão como piso mínimo, o mesmo piso salarial do encarregado.

PARÁGRAFO ÚNICO: As outras funções que não exercerem posição de liderança e que não tenham qualificação técnica-profissional, receberão o piso salarial da função de servente.

CLÁUSULA OITAVA - CONTRACHEQUE

As empresas comprovarão o pagamento do salário por meio de contracheque, discriminando, além do salário profissional, as horas extras, os adicionais, os benefícios e descontos efetuados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As empresas que efetuarem o pagamento de salário através de crédito e/ou depósito em conta corrente bancária, e/ou cartão salário, e/ou outra modalidade eletrônica de crédito, ficam desobrigadas de colher a assinatura do empregado, valendo como prova de pagamento, o comprovante de depósito ou extrato da conta corrente ou, ainda, o extrato da conta corrente eletrônica.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As empresas disponibilizarão os contracheques até a data do efetivo pagamento do salário, com as discriminações das verbas salariais.

CLÁUSULA NONA - SUBSTITUIÇÕES

O empregado admitido para substituir um demitido, receberá salário igual ao empregado de menor salário do mesmo cargo ou função, não considerando vantagens pessoais, conforme jurisprudência do TST.

CLÁUSULA DÉCIMA - PAGAMENTO DE ADICIONAIS E DESCONTOS

As partes convenientes acordam que, devido às peculiaridades do setor econômico, as horas extras, adicional noturno, faltas e atrasos ocorridos no mês, poderão ser processados na folha de pagamento do mês seguinte ao da respectiva ocorrência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - EMPREGADOS ADMINISTRATIVOS OU OPERACIONAIS

Para os empregados administrativos ou operacionais que exerçam funções que não foram citadas no Parágrafo Primeiro, da Cláusula Terceira, os salários serão corrigidos em 7,5% (sete vírgula cinco por cento), a partir de 1º de Março de 2025, observando-se o Parágrafo quinto da Cláusula Terceira.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Fica assegurado que nenhum empregado poderá receber salário inferior ao piso de sua categoria profissional.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Em função da tipicidade do segmento de prestação de serviços terceirizados, os Sindicatos Convenientes resolvem adotar a súmula 374, do TST, acordando que empregado integrante de categoria profissional diferenciada não tem o direito de haver de seu empregador vantagens previstas em instrumento coletivo no qual a empresa não foi representada por órgão de classe de sua categoria.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O salário dos empregados administrativos ou operacionais, admitidos após a última correção salarial da categoria, será atualizado na subsequente revisão, proporcionalmente ao número de meses a partir da data de admissão, conforme Art. 5º da Lei 7.238/84 (CLT), respeitando-se a regra da irretroatividade dos pisos salariais estabelecidos no Parágrafo Primeiro, da Cláusula Terceira, do presente Instrumento Normativo.

PARÁGRAFO QUARTO: São considerados como cargo de confiança, à luz do presente pacto normativo, os gerentes, chefes de departamentos e coordenadores, ainda que assinem folha de ponto.

GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS

13º SALÁRIO

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO

Fica, desde já, ajustado que o décimo terceiro salário poderá ser pago em 2 parcelas, sendo a primeira no dia 30/11 e a segunda no dia 20/12 ou, alternativamente, em uma única parcela, a ser efetuada impreterivelmente até o dia 15/12.

PARÁGRAFO ÚNICO: As empresas poderão, ainda, pagar em 4 parcelas mensais (setembro/25, outubro/25, novembro/25 e dezembro/25) o décimo terceiro salário, desde que seja complementado o seu valor integral até o dia 20 de Dezembro.

GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - GRATIFICAÇÃO DE ENCARREGADOS

Os encarregados receberão mensalmente um percentual mínimo, calculado sobre o Piso Salarial da Categoria Profissional de Servente, conforme previsto na Cláusula Terceira, a título de gratificação, na seguinte forma:

- a) de 16 a 30 empregados: 25% (vinte e cinco por cento)
- b) de 31 a 60 empregados: 30% (trinta por cento)
- c) acima de 61 empregados: 40% (quarenta por cento)

OUTRAS GRATIFICAÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - LÍDERES DE TURMA

Responsáveis por grupos de até 15 (quinze) empregados, serão considerados líderes de turma e farão jus a uma gratificação mensal de 15% (quinze por cento) do Piso Salarial da Categoria Profissional de Servente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Aqueles que até a presente data estiverem exercendo o cargo de encarregado, mesmo com até 15 (quinze) empregados, permanecerão como encarregados e farão jus ao piso de encarregado, como previsto no parágrafo primeiro, da Cláusula Terceira.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os líderes de turma que permanecerem na função por mais de 6 (seis) meses, passam a serem efetivados na mesma, não podendo mais serem rebaixados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - TRIÊNIO

Os Sindicatos convenientes acordam que não há mais gratificação mensal, a título de triênio, desde 1º de Outubro de 2008, respeitando-se, no entanto, as condições convencionadas até 30 de Setembro de 2008.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - HORAS EXTRAS

Na prestação de serviços extraordinários, as horas extras serão pagas com acréscimo de 50% (cinquenta por cento), e as trabalhadas nos domingos e feriados, com acréscimo de 100% (cem por cento), ambos calculados sobre a hora normal.

PARÁGRAFO ÚNICO: Fica expressamente autorizado o trabalho aos domingos e feriados, por força desta convenção coletiva de trabalho.

ADICIONAL NOTURNO

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - ADICIONAL NOTURNO

As horas efetivamente laboradas no período compreendido entre 22:00 e 05:00 horas serão remuneradas com adicional de 20% (vinte por cento) incidente sobre o salário base do empregado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A jornada de trabalho para todos os empregados, nas horas efetivamente laboradas no período entre 22:00 horas e 05:00 horas, será computada como 52 minutos e 30 segundos, conforme preceitua o parágrafo primeiro, do Art. 73, da CLT.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As horas que ultrapassarem o período compreendido entre as 22:00 horas e 5:00 horas, não serão remuneradas com o adicional noturno previsto no caput.

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - INSALUBRIDADE

Fica concedido aos empregados que exerçam as funções de limpeza, limpador, serventes, auxiliares de serviços gerais ou faxineiras, recepcionistas e demais empregados administrativos ou operacionais, um adicional de insalubridade, calculado de acordo com o Piso Salarial da Categoria Profissional de Servente, desde que o laudo do SESMET das empresas prestadoras de serviços considere os respectivos locais insalubres, na forma abaixo:

a) 20% (vinte por cento) de adicional de insalubridade, Grau Médio, para os empregados supracitados que exerçam suas funções em hospitais, casas de saúde e ambulatórios;

b) 40% (quarenta por cento) de adicional de insalubridade, Grau Máximo, para os empregados supracitados que exerçam suas funções em leprosários, hospitais para tratamento do câncer, sanatórios para tratamento de tuberculose, AIDS, e dentro das lixeiras dos prédios e/ou condomínios, além de dedetizador, imunizador e calafate.

c) o adicional de insalubridade previstos nas letras “a” e “b” do caput, somente serão alteradas mediante laudo pericial expedido por órgão de segurança e medicina do trabalho vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego, podendo o mesmo ser acompanhado de um profissional indicado pelo Sindicato Laboral conveniente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Não fará jus ao adicional de insalubridade o manuseio de resíduos de limpeza predial, acondicionamento e transporte em lugar específico de sacos de lixo e lixeiras, eis que são atividades inerentes à função.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Considerando o que dispõe a norma celetista no art. 611-A, inciso XII da CLT, que estabelece que a convenção coletiva e o acordo coletivo de trabalho têm prevalência sobre a lei, quando, entre outros, dispuserem sobre o enquadramento do grau de insalubridade, as partes convenientes acordam que os empregados que executarem atividades de limpeza ou higienização, em instalações sanitárias (banheiros) de uso público ou coletivo de grande circulação, tais como: hospitais, aeroportos, terminais rodoviários e ferroviários, estádios, arenas, casas de shows, indústrias, shoppings, instituições de educação, escolas, universidades e outros com as mesmas características públicas e privadas, receberão um adicional de insalubridade de 40% do piso salarial da categoria profissional de servente, desde que desempenhem essas atividades em período integral de sua jornada diária, semanal ou mensal, exclusivamente e permanentemente, por não se equiparar a limpeza de residências, escritórios e condomínios residenciais e comerciais.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Não haverá acúmulo do adicional de insalubridade com o de periculosidade, devendo o empregado optar por receber o adicional que melhor lhe convier.

PARÁGRAFO QUARTO: Cessada a condição insalubre, devidamente comprovada de acordo com o previsto no art. 191 da CLT, o adicional de insalubridade não será mais devido.

PARÁGRAFO QUINTO: Fica autorizada a adoção de jornada de compensação em ambientes insalubres, não se fazendo necessária a licença prévia do Ministério do Trabalho, nos termos do art. 60, parágrafo único e 611-A, XIII da CLT.

PARÁGRAFO SEXTO: Em todas as propostas comerciais, orçamentos, planilhas de custos e formação de preços em licitação públicas e contratos de prestação de serviços que envolvam as atividades especificadas nesta Cláusula, a empresa deverá incluir explicitamente o valor do adicional de insalubridade como um componente do preço, de modo que o valor seja claramente discriminado nas planilhas de custos e/ou centros de custos, devendo ser observado pelo cliente (contratante de serviços), nos termos do art.5-A, parágrafo terceiro, da lei nº 6.019/74, uma vez que é direito do prestador de serviços receber o pagamento com os custos da mão de obra, inclusive, com o novo adicional pactuado entre as partes e demais adicionais previstos em convenção coletiva de trabalho.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Caso haja alteração nas condições de trabalho ou revisão do grau de insalubridade, as planilhas de custos e os preços deverão ser revisados imediatamente para refletir as novas condições, assegurando que os custos com insalubridade sejam ajustados conforme necessário.

PARÁGRAFO OITAVO: O cliente (contratante de serviços) se reserva o direito de fiscalizar o cumprimento do pagamento do adicional de insalubridade por parte da contratada, haja vista a obrigação prevista no art.5-A, parágrafo terceiro da Lei nº 6.019/74.

PARÁGRAFO NONO: O disposto na presente Cláusula poderá ser revista em novas Convenções Coletivas ou Aditivos.

PARÁGRAFO DÉCIMO: A presente cláusula não possui natureza reparatória, não reduz e nem suprime direito, não cabendo qualquer reivindicação em período anterior à sua vigência, diante da autonomia das partes, buscando melhor qualidade de vida, ganhos financeiros e segurança laboral para seus empregados, nos termos reconhecidos pelo STF no tema 1046. O adicional de insalubridade concedido é resultante de negociação coletiva, sendo vedado, portanto, a sua utilização para reconhecimento de direito anterior.

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - PERICULOSIDADE

As empresas obrigam-se ao pagamento do adicional de periculosidade, de acordo com a lei ou decisão

judicial.

PARÁGRAFO ÚNICO: As gratificações pertinentes à Insalubridade e Periculosidade não se incorporarão ao salário, e serão devidas enquanto o empregado estiver exercendo a função que demande esse benefício.

PRÊMIOS

CLÁUSULA VIGÉSIMA - PRÊMIOS E GRATIFICAÇÕES

As gratificações pagas com habitualidade por mais de 6 (seis) meses consecutivas, excetuando-se, neste caso, as gratificações de insalubridade e periculosidade, bem como aquelas previstas nos parágrafos seguintes, incorporar-se-ão ao salário para efeito do pagamento das férias, décimo terceiro salário e FGTS.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As importâncias, ainda que habituais, pagas à título de ajuda de custo, o auxílio-alimentação, vedado o seu pagamento em dinheiro, diárias para viagem, prêmios e abonos não integram a remuneração do empregado, não se incorporam ao contrato de trabalho e não constituem base de incidência de encargo trabalhista e previdenciário.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Consideram-se prêmios as liberalidades concedidas pelo empregador, em forma de bens, serviços ou valor em dinheiro, a empregado, grupo de empregados ou terceiros vinculados à sua atividade econômica em razão de desempenho superior ao ordinariamente esperado no exercício de suas atividades.

AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

As empresas ficam obrigadas a conceder um auxílio alimentação ou refeição no valor de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais), por dia, considerando-se os dias efetivamente trabalhados no mês.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os empregados que laborarem até 4 (quatro) horas, também para complementação da jornada normal de trabalho semanal, prevista no Art. 7º, XIII, da Constituição Federal, não farão jus, especificamente naquele dia, ao recebimento do auxílio previsto no caput da presente cláusula.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Para evitar a incorporação deste benefício ao salário, as empresas terão o direito de descontarem dos empregados, em seus contracheques mensais, o correspondente a 10% (Dez por cento) do valor total do auxílio concedido no mês de competência.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Os empregados que trabalhem em regime de escala/plantão, receberão o respectivo auxílio somente para os dias efetivamente trabalhados.

PARÁGRAFO QUARTO: A concessão do auxílio alimentação ou refeição não será obrigatória se a empresa contratante disponibilizar através de restaurante próprio ou terceirizado, existente em suas dependências, a alimentação diária aos empregados das empresas prestadoras de serviços, nos termos da Lei 13.429/17.

PARÁGRAFO QUINTO: Fica facultado às empresas a concessão de auxílio alimentação ou refeição em valores superiores ao previsto no caput, seja em virtude de exigência de contrato de prestação de serviços ou por mera liberalidade do empregador.

PARÁGRAFO SEXTO: Fica facultado às empresas, com a respectiva anuência do empregado, a concessão do intervalo de 30 minutos para intervalo e/ou refeições nos moldes da Lei 13.467/2017.

AUXÍLIO TRANSPORTE

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - VALE - TRANSPORTE

As empresas ficam obrigadas a conceder o Vale-Transporte, na forma pactuada abaixo:

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Para os empregados beneficiados com vale-transporte, será realizado o desconto de 6% (seis por cento), incidente sobre o salário base do trabalhador, na forma da lei.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Nos períodos de afastamentos do empregado de suas atividades funcionais, por qualquer motivo, inclusive por atestado médico ou pelo INSS, este não fará jus ao recebimento do benefício do vale transporte, por inexistência de deslocamentos do trabalhador no percurso residência/trabalho.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Quando do lançamento dos créditos pelas empresas, caso constate que o empregado não tenha utilizado a totalidade dos valores creditados em seu cartão de recarga, fica autorizado às empresas realizarem apenas a complementação dos valores necessários ao deslocamento do mês subsequente, haja vista a natureza jurídica do benefício.

PARÁGRAFO QUARTO: O desconto legal do complemento do vale-transporte, conforme previsto no parágrafo terceiro, da presente cláusula, será limitado ao valor creditado.

PARÁGRAFO QUINTO: No caso de extravio, perda e dano do cartão magnético de vale transporte, o empregado será responsabilizado pelas despesas com a substituição do mesmo.

PARÁGRAFO SEXTO: No caso de desligamento do empregado, o mesmo obriga-se a devolver o saldo não utilizado de vale transporte na rescisão do contrato.

PARÁGRAFO SÉTIMO: A declaração falsa ou uso indevido do vale - transportes constituem falta grave, sujeito à demissão por justa causa.

PARÁGRAFO OITAVO: Para o empregado que formalizar por escrito a substituição do benefício do vale transporte pelo auxílio ou vale combustível, para uso exclusivo no deslocamento residência x trabalho x residência, será também realizado o desconto de 6% incidente sobre o respectivo salário base.

PARÁGRAFO NONO: O auxílio ou vale combustível de que trata o parágrafo anterior é desvinculado do salário e não terá natureza remuneratória.

PARÁGRAFO DÉCIMO: Caso não haja manifestação por escrito do empregado para o auxílio ou vale combustível, caberá a empresa fornecer o vale transporte convencional e previsto em lei.

AUXÍLIO EDUCAÇÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - BOLSAS DE ESTUDOS

As empresas poderão efetuar convênio junto ao MEC, para obter o benefício do Salário Educação para seus empregados, devendo comunicar aos mesmos sobre a abertura de convênio e de como devem inscrever-se para recebimento do respectivo benefício.

AUXÍLIO SAÚDE

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

As empresas ficam obrigadas a proceder ao desconto, em folha de pagamento, da quantia de R\$ 50,52 (cinquenta reais e cinquenta e dois centavos) por empregado, a partir de 01 de maio de 2025, conforme determinado na Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 06/02/2025, dos empregados da categoria, para a manutenção do Plano de Assistência Médica, extensiva a cobertura aos dependentes.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A regulamentação desta Cláusula está fixada em Termo de Compromisso, assinado em 23.10.98, pelos Sindicatos Convenientes.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Para os novos empregados que vierem a aderir o Plano de Assistência Médica, de que trata o caput da presente cláusula, **POR ADESÃO**, poderá ser realizado pelo SIEMACO-RIO no setor de trabalho do empregado, ou, se for da sua conveniência, comparecer na sede do sindicato laboral para assinar ficha cadastral e receber a respectiva carteira de assistência médica, e, ou, sua exclusão.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Fica convencionado que, os empregados que já aderiram o Plano de Assistência Médica, as empresas continuarão procedendo aos respectivos descontos.

PARÁGRAFO QUARTO: Fica convencionado que o presente plano de assistência médica é de total responsabilidade do Sindicato Laboral conveniente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - PLANO DE ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA

As empresas ficam obrigadas a proceder ao desconto, em folha de pagamento, da quantia de R\$ 16,50 (dezesesseis reais e cinquenta centavos) por empregado, a partir de 01 de Maio de 2025, conforme determinado na Assembleia Geral Extraordinária dos empregados da categoria, para a manutenção do Plano de Assistência Odontológica, extensiva a cobertura aos dependentes.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A regulamentação desta Cláusula está fixada em Termo de Compromisso, assinado em 29.01.2016, pelos Sindicatos Convenientes.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Para os novos empregados que vierem a aderir o Plano ONDONTOLÓGICO, de que trata o caput da presente cláusula, **POR ADESÃO**, poderá ser realizado pelo SIEMACO-RIO no setor de trabalho do empregado, ou, se for da sua conveniência, comparecer na sede do sindicato laboral para assinar ficha cadastral e receber a respectiva carteira de assistência médica, e, ou, sua exclusão.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Fica convencionado que, os empregados que já aderiram o Plano de Assistência Médica, as empresas continuarão procedendo aos respectivos descontos.

PARÁGRAFO QUARTO: Fica convencionado que o presente plano de assistência odontológica é de total responsabilidade do Sindicato Laboral conveniente.

OUTROS AUXÍLIOS

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - ANTECIPAÇÃO SALARIAL

Fica acordado que as empresas poderão conceder o benefício da antecipação salarial em até 40% dos salários normativos, com o propósito social de atender possíveis demandas urgentes e imprevistos do dia a dia. Para a viabilização do benefício em apreço, as empresas fornecerão aos empregados cartões magnéticos através de gestora de benefícios conveniada com os Sindicatos Convenientes, sem juros e quaisquer despesas para os empregados e para as empresas, com débito diretamente nas respectivas folhas de pagamento e repasse posterior à gestora de benefícios conveniada.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A antecipação salarial prevista no caput da presente cláusula convencional deverá constar nos contracheques dos empregados.

PARÁGRAFO SEGUNDO:No caso de extravio, perda ou dano do cartão magnético, o empregado será responsabilizado pelas despesas com a substituição do mesmo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - BENEFÍCIO SOCIAL FAMILIAR

As Entidades Convenientes prestarão, indistintamente a todos os trabalhadores e empregadores subordinados a esta Norma Coletiva de Trabalho, o plano Benefício Social Familiar e Empresarial, definido e discriminado no Manual de Orientação e Regras, parte integrante desta cláusula, através de organização gestora especializada e aprovada.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A prestação do plano Benefício Social Familiar e Empresarial iniciará a partir do primeiro dia do mês do vencimento do custeio, informado no parágrafo segundo deste, e terá como base para os procedimentos necessários ao atendimento dos trabalhadores e empregadores, o Manual de Orientação e Regras disponibilizado no website www.beneficiosocial.com.br/manuais-orientacao.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Para efetiva viabilidade financeira do plano Benefício Social Familiar e Empresarial e com expresse consentimento das entidades convenientes, as empresas, pagarão a título de custeio, até o dia 10 (dez) de cada mês, **iniciando no mês da homologação desta, desde que a partir de 10/05/2025**, o valor **total de R\$21,60 (vinte e um reais e sessenta centavos)**, por trabalhador que possua, usando como base a relação dos trabalhadores constantes na folha de pagamento do mês anterior ao vencimento do boleto deste custeio, exclusivamente, por meio de boleto disponibilizado pela gestora no website www.beneficiosocial.com.br e será de responsabilidade integral das empresas, ficando vedado qualquer desconto nos salários dos trabalhadores. Com o intuito de regular e dirimir possíveis dúvidas, dos procedimentos na prestação dos benefícios as Disposições Gerais, Manual de Orientação e Regras, e Tabela de Benefícios são registrados em cartório.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Em caso de afastamento de trabalhador motivado por doença ou acidente, o empregador manterá o recolhimento por até 12 (doze) meses. Caso o afastamento do empregado seja por período superior a 12 (doze) meses, o empregador fica desobrigado ao recolhimento deste custeio a partir do décimo terceiro mês, ficando garantido ao trabalhador afastado todos os benefícios sociais previstos nesta cláusula e no Manual de Orientação e Regras, até seu efetivo retorno ao trabalho, quando então o empregador retomar o recolhimento relativo ao trabalhador afastado.

PARÁGRAFO QUARTO – Devido à natureza social, emergencial e de apoio imediato, dos benefícios sociais definidos pelas entidades, na ocorrência de qualquer evento que gere direito de atendimento ao trabalhador e seus familiares, o empregador deverá preencher o comunicado disponível no website da gestora, no prazo máximo e improrrogável de até 90 (noventa) dias a contar do fato gerador e, no caso de nascimento de filhos, este prazo será de até 150 (cento e cinquenta) dias. O empregador que não observar estes prazos, poderá arcar com sanções pecuniárias em favor do trabalhador ou família prejudicada, como se inadimplente estivesse. Caso a empresa não efetue o comunicado junto à gestora, o trabalhador e seus beneficiários, não perderão o direito ao benefício, devendo a entidade efetuar tal comunicado, não eximindo o empregador de suas responsabilidades e sanções previstas.

PARÁGRAFO QUINTO – O empregador que estiver inadimplente ou efetuar recolhimento por valor inferior ao devido, perderá o direito aos benefícios a ele disponibilizados, até sua regularização. Nesses casos, na ocorrência de qualquer evento que gere direito de atendimento aos trabalhadores e seus familiares, estes não perderão direito aos benefícios e serão atendidos normalmente pela gestora, a mando das entidades, com exceção dos benefícios prestados por empresas terceirizadas que possuam faturamento unitário mensal. Neste caso, o trabalhador e seus familiares perderão o direito ao recebimento ou prestação desses benefícios. Assim, o empregador responderá, perante o empregado e/ou a seus dependentes, a título de indenização, o equivalente a 10 (dez) vezes o menor piso salarial da categoria vigente à época da infração em favor do trabalhador ou seus beneficiários, além de reembolsar às Entidades os valores devidos à que os trabalhadores e seus beneficiários têm direito e que estão descritos nessa cláusula. Caso o empregador regularize seus débitos no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, após o recebimento de comunicação de débito feita por e-mail, pela gestora, ficará isento desta indenização.

I – Fica acordado que as ações judiciais que envolvam esta cláusula, propostas pelas entidades, o corpo jurídico da gestora deverá ser habilitado nos autos por meio de instrumento de mandato ou substabelecimento, com poderes específicos de acompanhamento, ficando vedado a discussão de qualquer outra cláusula ou obrigação nestas ações.

II - Todo e qualquer levantamento de valores judiciais, ou recebimento de acordos referentes a esta cláusula deverão obrigatoriamente ser quitados através dos boletos disponibilizados pela gestora, sob pena de configurar crime de apropriação indébita pelo recebedor.

III – Caso haja o acordo para regularização total da empresa perante esta cláusula, a mesma fica desobrigada ao

pagamento das multas por descumprimento de CCT, vinculados à esta cláusula.

IV – Fica vedado o abono dos débitos existentes para custeio desta cláusula, em detrimento ou substituição do pagamento das multas por descumprimento de CCT.

V – Os documentos oficiais para comprovação da quantidade de trabalhadores da empresa são: a folha de pagamento, GFIP-SEFIP, informações do e-social ou outros documentos oficiais que vierem a substituir estes.

-

PARÁGRAFO SEXTO: O não pagamento do custeio previsto nesta cláusula, até o dia 10 (dez) de cada mês, acarretará a incidência em multa de 10% (dez por cento) pelo atraso do pagamento, e juros mensais de 1% (um por cento), conforme previsão legal, além das demais penalidades previstas nesta norma coletiva, podendo ainda, o empregador ter seu nome incluso em órgãos de proteção ao crédito, bem como seu registro nos cartórios de protestos competentes.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Nas planilhas de custos, editais de licitações ou nas repactuações de contratos, devido a fatos novos constantes nesta norma coletiva, e em consonância à instrução normativa em vigência, nestes casos, obrigatoriamente, deverão constar a provisão financeira para cumprimento desta cláusula, preservando o patrimônio jurídico dos trabalhadores, conforme o artigo 444 da CLT.

PARÁGRAFO OITAVO – Estará disponível no website da gestora, a cada recolhimento mensal, o Comprovante de Regularidade específico para atendimento da cláusula do plano Benefício Social Familiar e Empresarial, referente aos últimos 5 (cinco) anos, a ser apresentado ao contratante, as entidades sindicais, e a órgãos fiscalizadores, quando solicitado.

PARÁGRAFO NONO – O presente serviço social não tem natureza salarial, por não se constituir em contraprestação de serviços, tendo caráter compulsório e ser eminentemente assistencial e emergencial.

PARÁGRAFO DÉCIMO – Fica desde já consignado e aceito entre as partes, que o envio e usos de dados dos empregados é para o fim exclusivo da disponibilização dos benefícios contratados e objetos da presente prestação de serviços, nos termos da Lei n. 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, e demais legislações pertinentes à confidencialidade.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – Na hipótese de este instrumento coletivo de trabalho perder sua eficácia e em caso de a empresa não dar continuidade dos pagamentos para cumprimento desta cláusula, a empresa, seus trabalhadores e familiares terão seus direitos aqui descritos suspensos até o retorno de sua eficácia.

Caso as empresas entendam e optem pela continuidade do pagamento para manter o cumprimento desta cláusula específica, devido ao seu baixo custo, caráter social, emergencial, apoio imediato, natureza alimentar e solidário, prestado aos trabalhadores e seus familiares, bem como cientes da redução de custos operacionais e agilidade na gestão da empresa, terão seus direitos aqui descritos preservados, observando o que a disponibilização, valores e parcelas dos benefícios sociais está vinculada pelo valor pago, independente de eventual reajuste em futura convenção ou acordo coletivo de trabalho.

Quando da renovação deste instrumento coletivo, em havendo um período em que a CCT anterior ficou vencida (ultratividade), as empresas deverão recolher de uma única vez, os valores em aberto desta cláusula específica constante na CCT anterior, até a disponibilização do novo boleto com o novos benefícios e valores, a não ser que haja disposições específicas em contrário.

Todos e quaisquer avisos informativos ou de cobranças emitidos pelas entidades ou sua gestora, vinculados a esta cláusula recebidos pelas empresas neste período de vacância, terão caráter meramente informativo, com o intuito de evitar passivos e discussões judiciais.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – Para lisura e transparência na prestação dos benefícios, segue abaixo um resumo e breve descritivo da forma em que eles serão disponibilizados. Tal procedimento é necessário para que não haja desvio de finalidade dos benefícios a serem disponibilizados e deverá ser rigorosamente observado, devido ao seu caráter social, emergencial e de natureza alimentícia.

A íntegra do Manual de Orientação e Regras e **decisões judiciais em âmbito nacional**, que validam os procedimentos implementados pela gestora contratada, aprovada e detentora das marcas Benefício Social Familiar B.S.F. do seu sindicato e Benefício Social Familiar - BSF, estão disponíveis nos links www.beneficiosocial.com.br e www.beneficiosocial.com.br/info/decisoesjudiciais.

RESUMO DOS BENEFÍCIOS DISPONÍVEIS PARA TRABALHADORES E EMPREGADORES			
BENEFÍCIOS PARA OS TRABALHADORES			
BENEFÍCIOS	FORMA DE PRESTAÇÃO		DESCRIPTIVO
BENEFÍCIO NATALIDADE	1X	R\$ 490,00	EM CASO DE NASCIMENTO DE FILHO DE TRABALHADOR(A), SERÁ DISPONIBILIZADO UMA VERBA À FAMÍLIA DO RECÉM-NASCIDO EM CARTÃO DE DÉBITO PRÉ-PAGO OU OUTRO MEIO, A CRITÉRIO DA GESTORA, PARA CONTRIBUIR COM O CONFORTO E ADAPTAÇÃO NA CHEGADA DO NOVO MEMBRO FAMILIAR, SEM QUALQUER COMPROVAÇÃO DE GASTO.
BENEFÍCIO FARMÁCIA NATALIDADE	1X	R\$ 130,00	EM CASO DE NASCIMENTO DE FILHO DE TRABALHADOR(A), SERÁ DISPONIBILIZADO UM CARTÃO PARA DESCONTOS EM REDE CREDENCIADA DE FARMÁCIAS, COM OBJETIVO DE FACILITAR O ACESSO FAMILIAR A MEDICAMENTOS, PODENDO SER DISPONIBILIZADO UMA VERBA ADICIONAL, PARA QUE OS MEDICAMENTOS NÃO TENHAM CUSTOS.
BENEFÍCIO CAPACITAÇÃO	1X	R\$ 1.200,00	SERÁ DISPONIBILIZADO AOS FAMILIARES NA OCORRÊNCIA DE FALECIMENTO OU INCAPACITAÇÃO PERMANENTE DO TRABALHADOR, CURSOS DE CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL NA ÁREA DE INTERESSE DO BENEFICIÁRIO, PARA MANUTENÇÃO E MELHORIA DA RENDA FAMILIAR. TAL VALOR SERÁ ENCAMINHADO DIRETAMENTE AO ÓRGÃO DE CAPACITAÇÃO ESCOLHIDO PELO BENEFICIÁRIO, EM CASO DE SALDO, ESTE SERÁ DISPONIBILIZADO PARA CUSTEIO DE LOCOMOÇÃO E ALIMENTAÇÃO.
BENEFÍCIO FARMÁCIA	1X	R\$ 500,00	EM CASO DE INCAPACITAÇÃO PERMANENTE OU FALECIMENTO DE TRABALHADOR(A), SERÁ DISPONIBILIZADO UM CARTÃO PARA DESCONTOS EM REDE CREDENCIADA DE FARMÁCIAS, COM OBJETIVO DE FACILITAR O ACESSO FAMILIAR A MEDICAMENTOS, PODENDO SER DISPONIBILIZADO UMA VERBA ADICIONAL, PARA QUE OS MEDICAMENTOS NÃO TENHAM CUSTOS.
BENEFÍCIO MANUTENÇÃO DE RENDA FAMILIAR	12X	R\$ 750,00	EM CASO DE INCAPACITAÇÃO PERMANENTE OU FALECIMENTO DE TRABALHADOR(A), SERÁ DISPONIBILIZADO A ELE OU AOS FAMILIARES, UM CARTÃO DE DÉBITO PRÉ-PAGO OU OUTRO MEIO, A CRITÉRIO DA GESTORA. ESTE BENEFÍCIO NÃO PODERÁ SER DISPONIBILIZADO DE FORMA INTEGRAL, PARA QUE NÃO HAJA DESVIO DE SUA FINALIDADE.
BENEFÍCIO ALIMENTAR	12X	R\$ 800,00	EM CASO DE INCAPACITAÇÃO PERMANENTE OU FALECIMENTO DE TRABALHADOR(A), SERÁ ENCAMINHADO À SUA RESIDÊNCIA OU DA FAMÍLIA, ALIMENTOS DE QUALIDADE E VARIEDADE OU OUTRO MEIO, A CRITÉRIO DA GESTORA. ESTE BENEFÍCIO NÃO PODERÁ SER DISPONIBILIZADO DE FORMA INTEGRAL,

			PARA QUE NÃO HAJA DESVIO DE SUA FINALIDADE.
BENEFÍCIO CULTURAL	1x	R\$ 100,00	EM CASO DE INCAPACITAÇÃO PERMANENTE OU FALECIMENTO DE TRABALHADOR(A), SERÁ DISPONIBILIZADO UM CARTÃO PARA SER UTILIZADO NA COMPRA DE MATERIAIS LITERÁRIOS PARA FORMAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO FAMILIAR.
BENEFÍCIO SERVIÇO FUNERAL	1X	R\$ 4.500,00	EM CASO DE FALECIMENTO DE TRABALHADOR(A), SERÁ DISPONIBILIZADO UM AGENTE HABILITADO QUE TOMARÁ AS PROVIDÊNCIAS E ACOMPANHAMENTOS NECESSÁRIOS AO FUNERAL, INDEPENDENTE DA CAUSA, LOCAL OU HORÁRIO DO FALECIMENTO. CASO A FAMÍLIA OPTE POR SERVIÇO DE MENOR CUSTO OU NÃO UTILIZE O AGENTE, O VALOR TOTAL OU O SALDO REMANESCENTE SERÁ ENCAMINHADO AO ARRIMO DA FAMÍLIA.
BENEFÍCIO CONTA CORRENTE VIRTUAL	SIM		SERÁ DISPONIBILIZADO AOS TRABALHADORES DO SEGMENTO ACESSO AO SISTEMA BANCÁRIO ELETRÔNICO, ATRAVÉS DE UM APLICATIVO PARA GERENCIAMENTO DE SEUS GASTOS. COM INTUITO DE REDUZIR AS DESPESAS DO TRABALHADOR COM TARIFAS BANCÁRIAS.
BENEFÍCIO RECOLOCAÇÃO	SIM		SERÁ DISPONIBILIZADO APLICATIVO SEM CONSUMO DA FRANQUIA DE DADOS, ONDE O TRABALHADOR TERÁ ACESSO A UMA GRANDE REDE DE VAGAS DISPONÍVEIS.
BENEFÍCIO APOIO SOCIAL	SIM		SERÁ DISPONIBILIZADO APOIO SOCIAL, A TODOS OS TRABALHADORES DO SEGMENTO, ATRAVÉS DE ATENDIMENTO ON-LINE, POR PROFISSIONAIS LEGALMENTE CAPACITADOS.
BENEFÍCIO APOIO PSICOLÓGICO	SIM		SERÁ DISPONIBILIZADO APOIO PSICOLÓGICO A TODOS OS TRABALHADORES DO SEGMENTO, ATRAVÉS DE ATENDIMENTO ON-LINE, POR INTERMÉDIO DE PSICÓLOGOS CLÍNICOS CAPACITADOS. FICARÃO DISPONÍVEIS AO TRABALHADOR ATÉ 5 CONSULTAS PELO PERÍODO DE 12 MESES A CONTAR DO PRIMEIRO ATENDIMENTO.
BENEFÍCIO APOIO NUTRICIONAL	SIM		SERÁ DISPONIBILIZADO APOIO NUTRICIONAL, A TODOS OS TRABALHADORES DO SEGMENTO, ATRAVÉS DE ATENDIMENTO ON-LINE, POR PROFISSIONAIS LEGALMENTE CAPACITADOS.
BENEFÍCIO FUNERAL DESPESAS EXTRAS	1X	R\$ 1.000,00	SERÁ DISPONIBILIZADO AO ARRIMO DA FAMÍLIA, PARA CUSTEAR EVENTUAIS DESPESAS EXTRAS NÃO PREVISTAS NO BENEFÍCIO SERVIÇO FUNERAL, TAIS COMO, ALIMENTAÇÃO, TRANSPORTE, ENTRE OUTRAS.
BENEFÍCIO VALE EMERGENCIAL	SIM		SERÁ DISPONIBILIZADO AO TRABALHADOR, UMA ANTECIPAÇÃO SALARIAL EMERGENCIAL DE FORMA RÁPIDA E COM JUROS MENORES QUE OS PRATICADOS NO MERCADO. SUJEITO À ANÁLISE CADASTRAL.
BENEFÍCIO CERTIFICAÇÃO DIGITAL (TRABALHADOR)	SIM		SERÁ DISPONIBILIZADO, EMPRESA LEGALMENTE HOMOLOGADA PARA CERTIFICAÇÃO DIGITAL, COM VALORES ABAIXO DO MERCADO, COM ATENDIMENTO

		EM REDE CREDENCIADA, VIRTUAL OU EM DOMICÍLIO.	
BENEFÍCIO PSICOLÓGICO GESTANTE	SIM	SERÁ DISPONIBILIZADO ÀS TRABALHADORAS DO SEGMENTO, SERVIÇO DE ATENDIMENTO PSICOLÓGICO ON-LINE, SEM CUSTO, COM PROFISSIONAIS LEGALMENTE CAPACITADOS, DESDE O INÍCIO DA GESTAÇÃO ATÉ 1 (UM) ANO CONTADO DA DATA DO PARTO, PROPORCIONANDO UM ATENDIMENTO ÁGIL E MODERNO.	
BENEFÍCIO NUTRICIONAL GESTANTE	SIM	SERÁ DISPONIBILIZADO ÀS TRABALHADORAS DO SEGMENTO, SERVIÇO DE ATENDIMENTO NUTRICIONAL ON-LINE, SEM CUSTO, COM PROFISSIONAIS LEGALMENTE CAPACITADOS, DESDE O INÍCIO DA GESTAÇÃO ATÉ 1 (UM) ANO CONTADO DA DATA DO PARTO, PROPORCIONANDO UM ATENDIMENTO ÁGIL E MODERNO.	
BENEFÍCIO ECONOMIA DE ENERGIA	SIM	SERÁ DISPONIBILIZADO AOS TRABALHADORES DO SEGMENTO A REDUÇÃO NAS DESPESAS DE ENERGIA ELÉTRICA PARA CONTAS ACIMA DE R\$400,00, POR MEIO DE UMA EMPRESA LEGALMENTE CREDENCIADA NA DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA SOLAR VERDE. SUJEITO À ANÁLISE CADASTRAL.	
BENEFÍCIOS PARA AS EMPRESAS			
BENEFICIOS	FORMA DE PRESTAÇÃO		DESCRIPTIVO
BENEFÍCIO REEMBOLSO RESCISÃO	1X	R\$ 1.290,00	EM CASO DE INCAPACITAÇÃO PERMANENTE OU FALECIMENTO DE TRABALHADOR(A), SERÁ DISPONIBILIZADO UMA VERBA ATÉ O VALOR LIMITE DEFINIDO PELAS ENTIDADES. O BENEFÍCIO SERÁ ENCAMINHADO À CONTA CORRENTE BANCÁRIA DA EMPRESA OU POR OUTRO MEIO, A CRITÉRIO DA GESTORA, APÓS RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS.
BENEFÍCIO REEMBOLSO LICENÇA PATERNIDADE	1X	R\$ 360,00	EM CASO DE NASCIMENTO DE FILHO DE TRABALHADOR, SERÁ DISPONIBILIZADO UMA VERBA ATÉ O VALOR LIMITE DEFINIDO PELAS ENTIDADES. O BENEFÍCIO SERÁ ENCAMINHADO À CONTA CORRENTE BANCÁRIA DA EMPRESA OU POR OUTRO MEIO, A CRITÉRIO DA GESTORA, APÓS RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS
BENEFÍCIO MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO	ESTRUTURAL SEM UNIDADE MÓVEL		SERÁ DISPONIBILIZADO SEM CUSTOS OS EXAMES CLÍNICOS – ASO (ADMISSIONAIS, PERIÓDICOS, DEMISSIOAIS, RETORNO AO TRABALHO E MUDANÇA DE FUNÇÃO). JÁ O PCMSO, PPRA, ANÁLISES TÉCNICAS, EXAMES COMPLEMENTARES E DEMAIS LAUDOS GANHAM DESCONTOS SIGNIFICATIVOS. CASO A EMPRESA OPTE EM PERMANECER COM SUA CLÍNICA PRESTADORA DE SERVIÇOS; OS EXAMES CLÍNICOS – ASO, SERÃO REEMBOLSADOS EM VALORES, A SER DEFINIDO PELAS ENTIDADES CONVENIENTES, BASTANDO ENCAMINHAR OS EXAMES EFETUADOS ATRAVÉS DA PLATAFORMA ONLINE.

BENEFÍCIO CONECTA EMPRESA	SIM	SERÁ DISPONIBILIZADO APLICATIVO SEM CONSUMO DA FRANQUIA DE DADOS, PARA QUE AS EMPRESAS POSSAM CONTATAR OS TRABALHADORES DE FORMA RÁPIDA E SEGURA.
BENEFÍCIO MURAL DE EMPREGOS	SIM	SERÁ DISPONIBILIZADO AS EMPRESAS SISTEMA ON-LINE, PARA INSERÇÃO DAS VAGAS DISPONÍVEIS, TAIS VAGAS SERÃO DIVULGADAS AOS TRABALHADORES PELO BENEFÍCIO RECOLOCAÇÃO.
BENEFÍCIO FOLHA DE PAGAMENTO VIRTUAL	SIM	SERÁ DISPONIBILIZADO UM SISTEMA ON-LINE DE CADASTRAMENTO E PAGAMENTO, JUNTAMENTE COM O BENEFÍCIO CONTA CORRENTE VIRTUAL. VISANDO AGILIZAR O ENVIO DAS REMUNERAÇÕES AOS COLABORADORES DAS EMPRESAS
BENEFÍCIO COMPRA DIRETA	SIM	SERÁ DISPONIBILIZADO UMA REDE DE FORNECEDORES, COM DESCONTOS SIGNIFICATIVOS EM SEUS PRODUTOS E SERVIÇOS, DEVIDO A INEXISTÊNCIA DE INTERMEDIÁRIOS.
BENEFÍCIO TRIAGEM DE ATESTADO	SIM	SERÁ DISPONIBILIZADO SISTEMA ON-LINE PARA AS EMPRESAS ENCAMINHAREM OS ATESTADOS MÉDICOS RECEBIDOS DOS TRABALHADORES, TAIS ATESTADOS PASSARÃO POR TRIAGEM RESULTANDO EM UM LAUDO ENCAMINHADO AS EMPRESAS.
BENEFÍCIO CERTIFICAÇÃO DIGITAL (EMPRESA)	SIM	SERÁ DISPONIBILIZADO, EMPRESA LEGALMENTE HOMOLOGADA PARA CERTIFICAÇÃO DIGITAL, COM VALORES ABAIXO DO MERCADO, COM ATENDIMENTO EM REDE CREDENCIADA, VIRTUAL OU EM DOMICÍLIO.
BENEFÍCIO SITUAÇÃO CADASTRAL PESSOA FÍSICA	SIM	SERÁ DISPONIBILIZADO ÀS EMPRESAS DO SEGMENTO, INFORMAÇÕES PRECISAS E ATUALIZADAS SOBRE PESSOAS FÍSICAS PARA TOMADA DE DECISÕES.
BENEFÍCIO CONSULTA CADASTRAL PESSOA JURÍDICA	SIM	SERÁ DISPONIBILIZADO ÀS EMPRESAS DO SEGMENTO, INFORMAÇÕES PRECISAS E ATUALIZADAS SOBRE OUTRAS EMPRESAS PARA TOMADA DE DECISÕES.
BENEFÍCIO REDUÇÃO DE CUSTO POR ENERGIA SUSTENTÁVEL	SIM	SERÁ DISPONIBILIZADO A EMPRESA O FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA, ATRAVÉS DE UMA EMPRESA LEGALMENTE CREDENCIADA NO MERCADO DE LIVRE DE ENERGIA. PARA EMPRESAS QUE POSSUEM DESPESAS COM ENERGIA ACIMA DE R\$ 4.000,00 POR MÊS EM ALTA-TENSÃO, SEM RESTRIÇÕES NOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO, COM ACESSO À INTERNET PÚBLICA OU PRIVADA NAS PROXIMIDADES E EM CONFORMIDADE COM A RESOLUÇÃO NORMATIVA ANEEL Nº 1.000/2021, RECEBERÃO DESCONTOS DE PELO MENOS 18%.?
BENEFÍCIO REQUALIFICAR	SIM	TEM COMO OBJETIVO REQUALIFICAR O TRABALHADOR, MELHORANDO SEU DESEMPENHO NAS TAREFAS DIÁRIAS, ATRAVÉS DE CURSOS PRESENCIAIS E/OU ON-LINE.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - A critério da gestora, poderão ser disponibilizados outros benefícios para redução do custo operacional das empresas e o bem-estar dos trabalhadores e seus beneficiários, desde que, não onerem o custo mensal do benefício aqui praticado.

EMPRÉSTIMOS

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - EMPRÉSTIMO CONSIGNADO EM FOLHA DE PAGAMENTO

Fica facultado às empresas abrangidas por este instrumento normativo de trabalho, a tomarem as providências necessárias para que seus empregados possam usufruir dos empréstimos com desconto em folha de pagamento, nos termos da Lei nº 10.820, de 17/12/2003.

CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES DESLIGAMENTO/DEMISSÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - HOMOLOGAÇÃO E QUITAÇÃO DE RESCISÃO

Por se tratar de categoria profissional de asseio e conservação, cuja atividade é essencial para o bem-estar da sociedade, e também por representar a base da pirâmide Laboral, os Sindicatos Convenientes, em prol da valorização social do trabalho, e para evitar qualquer possibilidade de precarização do trabalho, acordam que a homologação e quitação de rescisão dar-se-á na forma pactuada abaixo:

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Fica acordado entre os Sindicatos Convenientes acerca da obrigatoriedade das empresas de realizarem todas as homologações de rescisões de contrato de trabalho com mais de 1(hum) ano de duração na sede do Sindicato Laboral.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A assistência sindical para homologação das rescisões de contrato de trabalho com mais de 1 (hum) ano de duração é da competência do sindicato laboral, em cuja jurisdição o empregado prestou serviços nos últimos 90 (noventa) dias.

PARÁGRAFO TERCEIRO: PRAZO DE PAGAMENTO DE RESCISÃO:

a) O pagamento das parcelas constantes no recibo de quitação deverá ser efetuado até o 10º (décimo) dia útil, incluindo-se o do vencimento.

b) Enquadram-se na previsão da presente cláusula:

- A rescisão antecipada, pelo empregador ou empregado, do contrato por prazo determinado, incluindo o contrato de experiência;
- A demissão por justa causa;
- A demissão com aviso prévio indenizado, dispensado o seu cumprimento;
- O pedido de demissão pelo empregado, com dispensa do cumprimento do aviso prévio;
- O término do contrato por prazo determinado, incluindo o contrato de experiência;
- A demissão com cumprimento do aviso prévio;
- O pedido de demissão pelo empregado, com cumprimento do aviso prévio;
- Demissão consensual.

AVISO PRÉVIO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - AVISO PRÉVIO

O empregado que estiver em cumprimento do aviso prévio poderá ser transferido para dentro do mesmo Município onde exerce suas funções. E se, neste período, o empregado demitido conseguir outro emprego, fica dispensado do restante do cumprimento do aviso e respectivo pagamento.

PARÁGRAFO ÚNICO: Na hipótese do contrato de trabalho ficar suspenso por motivo de doença ou acidente de trabalho, com percepção de auxílio-doença ou acidente, por mais de um ano, o período suspenso não será computado para o cálculo do aviso prévio proporcional.

OUTRAS NORMAS REFERENTES A ADMISSÃO, DEMISSÃO E MODALIDADES DE CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - RESCISÃO

As empresas obrigam-se ao pagamento dos salários e dos direitos trabalhistas dos empregados desligados, conforme determina a Lei nº 7.855/89 e Instrução Normativa n.º04/2002 da Secretaria de Relações do Trabalho, publicada no DOU de 03.12.2002.

PARÁGRAFO ÚNICO: O empregado dispensado, sem justa causa, no período de 30 dias que antecede à data de sua correção salarial (data base), não terá direito à indenização adicional de 1 salário mensal, ficando prejudicado o disposto no artigo 9º, da Lei nº 7.238/84, por força da Lei 13.467/17, desde que o encerramento total ou parcial do contrato tenha ocorrido por determinação do tomador de serviço (empresa contratante de prestação de serviços).

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - EXPERIÊNCIA

É vedado às empresas firmarem contrato de experiência nos casos de readmissão de empregado na mesma função, quando readmitidos no período de 3 (três) meses após a respectiva demissão.

PARÁGRAFO ÚNICO: O contrato de experiência será de até 60 (sessenta) dias, podendo ser renovado por mais 2 (dois) períodos, cada um de até 60 (sessenta) dias, não podendo exceder 180 (cento e oitenta) dias. Em caso de quebra do respectivo contrato, fica, desde já, as partes desobrigadas do cumprimento do disposto nos artigos 479 e 480 da CLT.

RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO/DESVIO DE FUNÇÃO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - DESVIO DE FUNÇÃO

O desvio de função será caracterizado quando o empregado exercer função diferente da que foi contratado por um período superior a 50% do seu turno de trabalho diariamente pelo prazo máximo de 90 dias durante o ano vigente, devendo prevalecer a remuneração à maior. Essa diferença de remuneração deverá ser paga a título de indenização no contracheque correspondente ao mês de competência em que o empregado exerceu função diferente da contratada.

TRANSFERÊNCIA SETOR/EMPRESA

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - MUDANÇA DO LOCAL DE TRABALHO

As empresas ficam obrigadas a comunicar a seus empregados, com antecedência de 72h (setenta e duas horas), as mudanças de horário e local de trabalho atinente a cada caso.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Na hipótese do empregado ficar sem setor destinado para prestação de seus serviços, o mesmo deverá apresentar-se, no dia seguinte, à sede da empresa para nova designação e, até que tal ocorra, ficará garantido o recebimento dos seus salários e a marcação do ponto.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O empregado que estiver de aviso prévio poderá ser transferido dentro do mesmo município do local de trabalho.

PARÁGRAFO TERCEIRO: É lícita a transferência quando ocorrer extinção do estabelecimento ou serviço em que trabalhar o empregado. Neste caso específico, de forma a preservar o emprego, a empresa fica desobrigada do pagamento suplementar de 25% do salário.

OUTRAS NORMAS REFERENTES A CONDIÇÕES PARA O EXERCÍCIO DO TRABALHO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - HOME OFFICE

Os Sindicatos convenientes acordam que as empresas e seus empregados poderão instituir trabalho no sistema home office (trabalho em domicílio), nos termos do artigo 75-A e seguintes, da CLT, pois se trata de uma realidade comum na era contemporânea do Direito do Trabalho, eis que propicia ao empregado maior autonomia na prestação de labor, menor desgaste com deslocamentos à empresa (minoração dos custos com transporte e/ou combustível), economia e racionalização de tempo hábil para resoluções de problemas particulares ou de seu interesse, maior convívio com seus familiares e, enfim, uma melhoria indubitável em sua condição social.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES E DE ASSÉDIO - CIPAA

O prazo de estabilidade do empregado será, exclusivamente, desde a sua eleição até o final de seu mandato, não podendo ser dispensado sem justa causa nesse período.

OUTRAS NORMAS DE PESSOAL

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - RECIBO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS

A entrega de quaisquer documentos, ou sua devolução, à empresa ou ao empregado, deverá ser formalizada, com recibo em duas vias, assinadas pelo empregador e pelo empregado, cabendo uma cópia a cada parte.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: É obrigação do empregado manter os seus dados atualizados na empresa, como endereço, telefone, nome e contato dos filhos, estado civil e/ou outras informações adicionais para a sua localização. O empregado também deverá informar a empresa os casos de alteração cadastral, que só terá valor a partir da data da respectiva comunicação, de modo que a empresa não poderá ser responsabilizada pela não atualização dos dados cadastrais do empregado.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Com o objetivo de otimizar os procedimentos internos e externos nas relações entre empregados e empregadores, as empresas poderão adotar sistemas de assinatura digital, conferindo à assinatura eletrônica o mesmo valor jurídico que a assinatura pessoal e presencial de ambas as partes, garantindo assim sua validade legal. Esta medida visa simplificar e assegurar a validade dos documentos eletronicamente assinados, promovendo a agilidade e eficiência nos processos de maneira segura.

OUTRAS ESTABILIDADES

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - GARANTIA DA GESTANTE

A empregada deverá informar, no ato de sua demissão do quadro funcional da empresa empregadora, se está ou não em estado gestacional, com base na Lei nº 9.799/99. Em caso afirmativo, a empresa compromete-se a suspender o respectivo processo demissional.

PARÁGRAFO ÚNICO: O contrato de trabalho temporário ou a termo, entre eles o contrato de experiência, como modalidade de contrato com prazo determinado e em razão da sua natureza de transitoriedade, é incompatível com o instituto da estabilidade provisória, conforme pacificado pelo pleno do TST em 2019 (IAC-5639-31.2013.5.12.0051) e pelo Tema de Repercussão Geral no. 479 do Supremo Tribunal Federal, não havendo, portanto, estabilidade gravídica durante o respectivo período temporário ou nos contratos por prazo determinado, salvo se houver dispensa antecipada de forma arbitrária ou demissão sem justa causa.

JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS COMPENSAÇÃO DE JORNADA

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - COMPENSAÇÃO DE JORNADA

A jornada de trabalho poderá ser prorrogada, até o máximo de 2 (duas) horas, como compensação para supressão, total ou parcial de trabalho aos sábados.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - ESCALA DE REVEZAMENTO COM COMPENSAÇÃO

A jornada de trabalho poderá ser doze horas seguidas de trabalho por trinta e seis horas ininterruptas de descanso, não sendo devidas horas extraordinárias, em razão da natural compensação, observados ou indenizados, o intervalo de 30 minutos para repouso e alimentação.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Considera-se já remunerado o trabalho realizado nos domingos e feriados que porventura coincidam com a escala prevista nesta cláusula, face à natural compensação pelo desconto nas 36 (trinta e seis) horas seguintes.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Em caso de trabalho noturno as horas serão remuneradas no percentual de 20%, para os períodos laborados entre 22:00h à 05:00h.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Se a Jornada 12x36 ocorrer em ambiente insalubre é desnecessária a licença prévia da autoridade competente na área de higiene do trabalho.

PARÁGRAFO QUARTO: A indenização do intervalo intrajornada será no percentual de 50% sobre a hora normal de trabalho.

PARÁGRAFO QUINTO: Nos termos do parágrafo segundo, do artigo 58, da CLT, o tempo despendido pelo empregado desde a sua residência até a efetiva ocupação do posto de trabalho e para seu retorno, caminhando ou por qualquer meio de transporte, inclusive o fornecido pelo empregador, não será computado na jornada de trabalho, por não ser tempo à disposição do empregador.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - BANCO DE HORAS

Fica dispensado o acréscimo referente a hora extra se, caso o excesso de horas em um dia for compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período máximo de um ano, à soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de dez horas diárias.

PARÁGRAFO ÚNICO A liquidação dos haveres pelo empregador e/ou empregado dar-se-á até 90 (noventa) dias após o término da vigência anual do banco de horas de que trata este artigo.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - ESCALA DE REVEZAMENTO - 24 X 48 HORAS

A jornada de trabalho poderá ser de vinte e quatro horas seguidas de trabalho por quarenta e oito horas ininterruptas de descanso, não sendo devidas horas extraordinárias, em razão da natural compensação.

CONTROLE DA JORNADA

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - CONTROLE DE JORNADA DE TRABALHO - SISTEMAS ALTERNATIVOS

As empresas poderão adotar sistemas alternativos de controle de jornada de trabalho, seja por meio manual, mecânico, eletrônico, biometria, celular, por aplicativo em celular do empregado, ponto por exceção (art.74, §4º da CLT) ou qualquer outro meio que possa aferir o respectivo controle.

PARÁGRAFO ÚNICO: São considerados válidos, para os fins de direito, todos os tipos de controles de pontos, inclusive, aqueles com registro invariável de jornada de trabalho (ponto britânico) ou com rasura, desde que com a anuência do empregado.

TURNOS ININTERRUPTOS DE REVEZAMENTO

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - ESCALA DE REVEZAMENTO E/OU BANCO DE HORAS ESPECÍFICO

A formalização específica de escala de revezamento e/ou de Banco de Horas deverá ser instituída através de Acordo Específico, celebrado entre a empresa e os empregados, devidamente representados pelo Sindicato Laboral, desde que a empresa esteja cumprindo rigorosamente com todas as cláusulas convencionadas, com a apresentação do CERSIN previsto na cláusula sexagésima quinta da presente convenção coletiva de trabalho, sem exceção, e que seja justificada a necessidade da implantação da escala de revezamento e/ou banco de horas.

JORNADAS ESPECIAIS (MULHERES, MENORES, ESTUDANTES)

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - TRABALHO SUPLEMENTAR DA MULHER

Desde que conste de seu exame médico admissional, na forma da legislação em vigor, fica autorizada a prorrogação da jornada da mulher empregada.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE JORNADA

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - JORNADA PARCIAL / REDUZIDA / TRABALHO INTERMITENTE

Os empregadores que contratarem trabalhadores para laborarem jornada de trabalho em regime de tempo parcial, deverão estabelecer essa condição especial em contrato individual por escrito, não podendo o valor da hora ser paga de forma inferior ao piso/hora previsto na presente convenção coletiva de trabalho para a referida função nos moldes das alterações introduzidas pela lei 13467/2017.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os empregadores que contratarem trabalhadores para laborarem jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, deverão respeitar o piso salarial da categoria, previsto na cláusula terceira da presente convenção coletiva de trabalho, não podendo ser aplicada a regra do piso/hora previsto no caput.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Não é permitida a adoção de qualquer outro regime de jornada reduzida, sem a necessária formalização de um acordo específico celebrado entre empregadores e trabalhadores, devidamente representados pelo Sindicato Conveniente, desde que, outrossim, a empresa esteja cumprindo rigorosamente com todas as cláusulas convencionadas e com a apresentação da CERSIN prevista na cláusula sexagésima quinta da presente convenção coletiva de trabalho.

PARÁGRAFO TERCEIRO – TRABALHO INTERMITENTE - Ficam as empresas autorizadas a utilizar a modalidade de trabalho Intermitente, como condição especial em contrato individual por escrito, não podendo o valor da hora ser pago de forma inferior ao piso/hora prevista nessa convenção coletiva de trabalho para a referida função, nos moldes das alterações introduzidas pela lei 13.467/2017.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - ABONO DE ESTUDANTE

Fica assegurado o direito de falta ao empregado estudante no dia da prova, inclusive para exame vestibular, desde que seja avisado o empregador com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, mediante comprovação por escrito, e haja incompatibilidade entre o horário de trabalho e o da prova.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - INTERVALO INTERJORNADA

Os Sindicatos convenientes acordam que entre duas jornadas de trabalho haverá um período mínimo de 10 (dez) horas consecutivas para descanso.

FÉRIAS E LICENÇAS OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE FÉRIAS E LICENÇAS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - ESTABILIDADE APÓS LICENÇA

O empregado afastado do serviço por mais de 120 (cento e vinte) dias consecutivos, por doença, devidamente comprovada pelo Órgão Previdenciário, terá garantia de emprego por mais 30 (trinta) dias, a partir da alta médica.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - FÉRIAS

As empresas obrigam-se a avisar, com 15 (quinze) dias de antecedência ao empregado, quando este deverá entrar em férias, de acordo com a Legislação em vigor.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As empresas obrigam-se a efetuar o pagamento das férias até 02 (dois) dia antes do início das mesmas.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As empresas poderão optar em comum acordo com o empregado, o gozo das férias em até 3 períodos, sendo que um deles não poderá ser inferior a quatorze dias corridos e os demais não poderão ser inferiores a cinco dias corridos, cada um, respeitando-se o limite legal para o gozo integral das férias.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Os dias úteis não trabalhados poderão ser compensados nas férias.

PARÁGRAFO QUARTO: O dia do início das férias poderá ocorrer nos dias que antecedem a feriados ou ao dia do repouso semanal remunerado do empregado.

SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR CONDIÇÕES DE AMBIENTE DE TRABALHO

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - CONDIÇÕES DE TRABALHO

As empresas deverão implantar medidas que visem a melhoria de suas instalações, bem como das condições de trabalho dos empregados, nos vestiários e refeitórios.

EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA - PROTEÇÃO AO TRABALHO - E.P.I

As empresas obrigam-se a fornecer aos empregados, gratuitamente, equipamentos de proteção individual (luva de borracha, cinto de segurança, máscara, e outros) adequados ao risco, em perfeito estado de conservação e funcionamento, sempre que as medidas de ordem geral não ofereçam completa proteção contra riscos de acidentes e danos à saúde dos empregados, nos termos do Art. 166, da Portaria nº 3.214, de 08.06.78.

PARÁGRAFO ÚNICO: O EPI –Equipamento de Proteção Individual, quando fornecido pelas empresas, é de uso obrigatório pelo empregado, sendo considerada falta punível a sua não utilização, e a reincidência considerada falta grave, nos termos do art. 482, da CLT.

UNIFORME

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA - UNIFORME

As empresas fornecerão gratuitamente 04 (quatro) uniformes por ano a seus trabalhadores, quando obrigatório o seu uso.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Entende-se por uniforme, a indumentária completa exigida para execução dos serviços.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os uniformes e EPI's, tais como botas, luvas, aventais, guarda-pós ou outras peças de indumentárias necessárias ao atendimento da focalizada exigência, deverão ser restituídas no estado de uso em que se encontrarem ao ensejo da extinção do contrato de trabalho.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O empregado indenizará, com base no §1º do art. 462 da CLT, a peça de uniforme, ficando a empresa autorizada a descontar o respectivo valor diretamente do salário ou da remuneração, em caso de

extravio, danos decorrentes de utilização indevida ou fora do serviço e não devolução quando da rescisão contratual ou substituição do uniforme cedido. Tal previsão deverá constar do contrato de trabalho do empregado.

PARÁGRAFO QUARTO: A utilização do uniforme será restrito ao local de trabalho incluindo o seu trajeto de ida e volta ao trabalho, ficando o faltoso passível de advertências, suspensão e demissão por justa causa.

PARÁGRAFO QUINTO: A higienização do uniforme é de responsabilidade do trabalhador, pois os produtos utilizados para a higienização das vestimentas são de uso comum.

EXAMES MÉDICOS

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA - EXAMES MÉDICOS

As empresas realizarão exames médicos periódicos em todos os empregados, conforme legislação em vigor, bem como os exames admissionais e demissionais, conforme a Norma Regulamentadora 7 - NR 7.

ACEITAÇÃO DE ATESTADOS MÉDICOS

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA - ATESTADOS MÉDICOS

As empresas obrigam-se a aceitar os atestados médicos e odontológicos justificativos de ausência ao trabalho, emitidos pelo Órgão Previdenciário e seus conveniados, bem como das clínicas médicas conveniadas pelo Sindicato Laboral e das clínicas conveniadas pelas empresas, sem prejuízo das hipóteses previstas em Lei.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O atestado deverá ser entregue, pessoalmente ou nos casos de absoluta impossibilidade comprovada, por outrem, nas 72 horas após a emissão do referido atestado, sendo convalidado pelo médico da empresa. Em caso de impossibilidade do empregado se locomover, o atestado médico poderá ser apresentado ao empregador de forma eletrônica.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Quando o empregado prestar serviço fora do domicílio da sede da empresa, a entrega do atestado médico poderá ser feita em sua subsede ou posto de apoio, caso existam, ou recolhido pelo preposto da mesma no próprio posto de serviço.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Para sua validade, o atestado deverá conter a identificação do empregado e assinatura e carimbo com o número do Conselho do profissional que assina o documento, e ser apresentado em duas vias (original e cópia), a fim de que as empresas declarem na cópia a ser imediatamente devolvida ao empregado, o recebimento do respectivo original, inclusive com data, horário e assinatura do preposto da empresa.

PARÁGRAFO QUARTO: Caso a empresa suspeite de fraude no atestado apresentado, poderá solicitar esclarecimentos aos responsáveis, os quais deverão prestá-las, vez que a prática de atestado falso é crime previsto nos arts. 297 e 302 do Código Penal.

PARÁGRAFO QUINTO: Caso a fraude seja constatada, pode implicar em demissão por justa causa do empregado, prevista no artigo 482, da CLT.

PRIMEIROS SOCORROS

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA - ESTOJO DE PRIMEIROS SOCORROS

As empresas manterão nos locais de serviço, um estojo contendo medicamentos necessários ao atendimento de primeiros socorros.

OUTRAS NORMAS DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES E DOENÇAS PROFISSIONAIS

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA - CONVÊNIOS

As empresas poderão firmar convênios de Assistência Médica, Odontológica, Laboratoriais e com Farmácias, para atendimento aos seus empregados.

RELAÇÕES SINDICAIS GARANTIAS A DIRETORES SINDICAIS

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA - DELEGADO SINDICAL

O Sindicato Laboral poderá indicar Delegados na proporção de 01 (um) por 150 (cento e cinquenta) empregados, até o máximo de 06 (seis) Delegados Sindicais por empresa.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os Delegados Sindicais indicados pelo Sindicato Laboral, somente poderão ser dispensados do emprego por justa causa, devidamente comprovada.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os Delegados e Diretores terão direito a 03 (três) dias de abono mensal, a serviço do Sindicato Laboral, desde que solicitado por escrito, avisando as empresas com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Os Delegados não poderão ser transferidos do setor, salvo no encerramento do contrato de serviço, falta grave ou a pedido do cliente.

CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA NONA - CONTRIBUIÇÃO CONSTITUCIONAL CONFEDERATIVA LABORAL - ART.8º, IV, CF

Considerando que o Tribunal Superior do Trabalho e o Ministério Público do Trabalho, através do Processo TST-PMPP-1000356-60.2017.5.00.0000 e considerando a decisão do acórdão do Supremo Tribunal Federal, através do tema 635 - ARE 1018459 ED/PR de 12/09/2023, flexibilizaram os descontos da contribuição social com requisito do direito de oposição, prevalecendo, outrossim, o princípio legal do acordado sobre o legislado, as empresas descontarão mensalmente de todos os empregados, a importância no valor de R\$ 15,00 (quinze reais) por mês, de cada integrante da categoria profissional, conforme deliberado na Assembléia Geral Extraordinário do dia 06/02/2025, para os benefícios sociais oferecidos pela Entidade, bem como serviços jurídicos (área trabalhista; vara de família; previdenciária e homologações); serviços de fiscalização trabalhista (conferência de cálculos trabalhistas; cálculos para aposentadoria; trâmites para aposentadoria junto ao INSS e, acompanhamento do processo) e balcão de emprego, além da manutenção e incremento tecnológico dos cursos e treinamentos para qualificação da mão de obra. O aludido desconto será efetuado na folha de pagamento com base no caput do Art. 462, da CLT.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A deliberação dos trabalhadores em assembleia será tida como fonte de anuência prévia e expressa dos empregados para efeito de desconto.

PARÁGRAFO SEGUNDO –As empresas deverão efetuar o pagamento da Contribuição Constitucional Confederativa Laboral (art.8, CF/88) no prazo de 05 (cinco) dias após o desconto em folha, somente através de boleto Bancário emitido pelo site do Sindicato www.asseiomrj.com.br ou www.siemaco-rio.com.br, e enviar ao Sindicato Laboral, cópia da folha de pagamento, no prazo máximo de 10 (dez) dias. O atraso no pagamento incorrerá em multa de 2% (dois por cento) ao mês sobre o valor da Contribuição Constitucional Confederativa Laboral, acrescidos de atualização monetária. A quitação definitiva deste pagamento só se consolidará com a apresentação da folha de pagamento que poderá ser enviada ao Sindicato Laboral

através de Email.

PARÁGRAFO TERCEIRO – As empresas reterão os valores descontados dos seus empregados, até que receba oficialmente da SIEMACO-RIO a listagem do(s) empregado(s) que opuseram ao aludido desconto.

PARÁGRAFO QUARTO – Fica garantido a todo trabalhador pertencente à categoria profissional de Asseio e Conservação o direito de oposição ao referido desconto, no prazo de 10 (dez) dias contados do registro no MTE.

PARÁGRAFO QUINTO – A manifestação de oposição deverá contar com a identificação legível e a assinatura do empregado, que deverá ser assinado e entregue na sede da entidade sindical, sem efeito retroativo.

PARÁGRAFO SEXTO – O SIEMACO-RIO encaminhará às Empresas da categoria econômica envolvida, nos dez dias subsequentes ao término do aprazado previsto no Parágrafo Terceiro, a relação dos que se opuseram ao aludido desconto.

PARÁGRAFO SÉTIMO – A empresa terá que restituir ao(s) seu(s) empregado(s) o valor desconto da Contribuição Constitucional Confederativa Laboral no seu contracheque, no mês seguinte ao recebimento da lista do(s) empregado(s) que se opuseram ao aludido desconto, encaminhado pela SIEMACO-RIO.

PARÁGRAFO OITAVO: Esta cláusula passará a ter validade a partir de maio/2025.

PARÁGRAFO NONO: O sindicato laboral deverá assumir a total responsabilidade pelo reembolso das empresas, caso sejam demandadas por empregados que não autorizaram o referido desconto ou por decisão judicial.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA - MENSALIDADE SINDICAL LABORAL

As empresas deverão descontar mensalmente em folha de pagamento a mensalidade dos associados, no valor de R\$52,00 (cinquenta e dois reais), a partir do mês de maio/25, e repassá-las ao Sindicato Laboral da categoria, até dez dias após o desconto, devendo o Sindicato Laboral apresentar à empresa, em tempo hábil, a relação dos seus associados. O atraso no repasse desta mensalidade incorrerá em multa de 2% (dois por cento) ao mês sobre o valor da mensalidade reajustada, mais a atualização monetária.

PARÁGRAFO PRIMEIRO- As empresas deverão efetuar o repasse da mensalidade descontada de seus empregados, através de boleto bancário emitido pelo site do sindicato www.asseiomrj.com.br, ou www.siemaco-rio.com.br, tendo a partir daí, prazo de 5 (cinco) dias para enviarem à sede do Sindicato Laboral, a listagem dos sócios quitados para aquisição do recibo definitivo.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Em caso de discordância entre a lista enviada pelo Sindicato com o pagamento feito pela Empresa, deverá a mesma apresentar e enviar ao Sindicato, justificativa dos associados não quitados.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA - CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL PATRONAL - OUTUBRO/2025

Considerando o artigo nº 8º, III, da Constituição Federal, que consagra a representatividade sindical e a defesa dos direitos e interesses coletivos; o artigo 513, e, da CLT, que determina a imposição de contribuição a todas as empresas que participam da categoria econômica; artigo 611-A da CLT, que determina a prevalência da Convenção Coletiva de Trabalho sobre a Lei, ressaltadas as vedações previstas no art. 611-B e considerando, finalmente, que o art. 611-B, da CLT, não veda a estipulação de contribuição decorrente de Convenção Coletiva para toda a categoria econômica, as empresas abrangidas por esta Convenção Coletiva de Trabalho, por força da aprovação, por unanimidade, em Assembleia Geral Extraordinária, publicada no dia 12/03/2025, no jornal O Dia, de grande circulação na base regional representada pelo SEAC-RJ, recolherão para o Sindicato Patronal uma Contribuição Negocial Patronal no valor total de R\$ 45,00 (quarenta e cinco reais), por empregado, a ser recolhida de uma só

vez até o dia 10 de Outubro de 2025, conforme orientação emanada da Decisão do Supremo Tribunal Federal - STF - RE 220.700-1 - RS - DJ. 13.11.98 e, mais recentemente, a decisão RE-189.960-3 – DJ. 17.11.2000. A empresa que não recolher até o dia 10 de Outubro de 2025, ficará sujeita ao pagamento do valor total da contribuição acrescido de juros de 2% (dois por cento) ao mês. O pagamento deverá ser efetuado diretamente na sede do SEAC-RJ ou onde este determinar.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Para a empresa que fizer parte integrante do quadro social do SEAC-RJ, e que recolher a Contribuição Negocial Patronal até a data acima fixada, será concedido um desconto de 50% (cinquenta por cento). No entanto, caso não faça o recolhimento até o dia 10 de Outubro de 2025, a mesma não se beneficiará do referido desconto e ainda ficará sujeita ao pagamento do valor total da contribuição acrescido de juros de 2% (dois por cento) ao mês. Entende-se por empresa associada ao SEAC-RJ, aquela que faz parte integrante do quadro social da entidade, cuja proposta de inclusão foi deliberadamente aprovada em reunião de diretoria do SEAC-RJ, sendo contribuinte mensal da taxa associativa obrigatória e que esteja em dia com o Sindicato Patronal.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Caso o recolhimento seja feito em desacordo com o previsto no caput da presente cláusula, a empresa não se beneficiará do desconto acima concedido, sendo-lhe imputada, ainda, uma multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total da contribuição, ficando inadimplente com o Sindicato Patronal até a regularização da situação econômica.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Em caso de não recolhimento da Contribuição Negocial Patronal prevista no caput da presente cláusula, poderá o Sindicato Patronal recorrer à via judicial, para o cumprimento do inteiro teor da mesma.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEGUNDA - CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA PATRONAL - JULHO/2025

As empresas abrangidas por esta Convenção Coletiva de Trabalho, por força da aprovação, por unanimidade, em Assembleia Geral Extraordinária, publicada no dia 12/03/2025, no jornal O Dia, de grande circulação na base regional representada pelo SEAC-RJ, recolherão para o Sindicato Patronal uma Contribuição Confederativa Patronal no valor total de 2 (Dois) pisos salariais da categoria profissional, previsto na cláusula Terceira, da presente Convenção Coletiva de Trabalho, a ser recolhida de uma só vez até o dia 11 de Julho de 2025, conforme determina o inciso IV, do Art. 8º, da Constituição Federal. A empresa que não recolher até o dia 11 de Julho de 2025, ficará sujeita ao pagamento do valor total da contribuição, acrescido de juros de 2% (dois por cento) ao mês. O pagamento deverá ser efetuado diretamente na sede do SEAC-RJ ou onde este determinar.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA TERCEIRA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL - MAIO/2025

As empresas abrangidas por esta Convenção Coletiva de Trabalho, recolherão para o Sindicato Patronal, por força da aprovação, por unanimidade, em Assembleia Geral Extraordinária, publicada no dia 12/03/2025, no jornal O Dia, de grande circulação na base regional representada pelo SEAC-RJ, uma Contribuição Assistencial Patronal, valor total de 1 (um) piso salarial da categoria profissional, previsto na cláusula Terceira, da presente Convenção Coletiva de Trabalho, a ser recolhida de uma só vez até o dia 23 de Maio de 2025, nos termos da CR/CNC n.047/2019. A empresa que não recolher até o dia 23 de Maio de 2025, ficará sujeita ao pagamento do valor total da contribuição, acrescido de juros de 2% (dois por cento) ao mês. O pagamento deverá ser efetuado diretamente na sede do SEAC-RJ ou onde este determinar.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUARTA - CONTRIBUIÇÃO SINDICAL PATRONAL

Considerando que o artigo 578, da CLT, já com a redação dada pela Lei nº 13.467/17 (Reforma Trabalhista), manteve, outrossim, a previsão da contribuição sindical patronal, e mediante o disposto na nota técnica nº 2/2018, do Ministério Público do Trabalho, assim como recente decisão do TST (autos PMPP-1000356-60.2017.5.00.0000), que outorgaram a possibilidade de cobrança da contribuição sindical para toda a categoria (sejam filiados ou não filiados), fica autorizado previamente, por força da aprovação, por unanimidade, em Assembleia Geral Extraordinária, publicada no dia 26/02/24, no jornal O Dia, de grande circulação na base regional representada pelo SEAC-RJ, a cobrança da contribuição sindical patronal, de acordo com as regras previstas na CLT, ora disponibilizada para emissão através do site do SEAC-RJ, www.seac-rj.com.br, ou o site da caixa econômica federal

www.caixa.gov.br.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE RELAÇÃO ENTRE SINDICATO E EMPRESA

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUINTA - CERTIDÃO DE REGULARIDADE SINDICAL - CERSIN

Por força do Artigo 1º, inciso IV, da Constituição Federal, que prevê a valorização social do trabalho, e em atenção aos termos da presente Convenção Coletiva de Trabalho, que resguarda direitos dos empregados contra a prática de precarização de mão de obra, as empresas para participarem em licitações públicas ou privadas, ou ainda para contratarem com órgãos da administração pública, direta, indireta ou contratação por setores privados, deverão apresentar certidão de regularidade para com suas obrigações sindicais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Esta certidão será expedida pelos Sindicatos Convenentes, individualmente, para qualquer empresa, indistintamente, seja associada ou não, assinada por seus Presidentes ou seus substitutos legais, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, após a devida solicitação, com validade de 90 (noventa) dias.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Consideram-se obrigações sindicais:

- a) Recolhimento da contribuição sindical (profissional e econômica);
- b) Recolhimento de todas as taxas e contribuições aqui inseridas;
- c) Cumprimento integral desta Convenção Coletiva de Trabalho;
- d) Certidão de regularidade para com o FGTS, INSS e Município;
- e) Cumprimento das normas que regulam as relações individuais e coletivas de trabalho previstas na CLT, bem como na legislação complementar concernente à matéria trabalhista e previdenciária.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A falta de certidão ou vencido seu prazo, que é de 90 (noventa) dias, permitirá às empresas licitantes, bem como aos Sindicatos Convenentes, nos casos de licitação pública ou privada, alvejarem o processo licitatório por descumprimento das cláusulas convencionadas, por via administrativa e/ou judicial.

PARÁGRAFO QUARTO: Somente será expedida a Certidão de Regularidade Sindical (CERSIN), para a empresa que estiver cumprindo rigorosamente com todas as cláusulas convencionadas da presente convenção.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEXTA - ALTERAÇÃO CONTRATO DE TRABALHO

Fica acordado entre as partes convenentes, que qualquer alteração no contrato de trabalho, inclusive para convalidar os acordos individuais, se necessário, poderão ser realizados com a aquiescência do Sindicato Laboral, independente de lei e/ou Medida Provisória.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE REPRESENTAÇÃO E ORGANIZAÇÃO

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SÉTIMA - DIA DO EMPREGADO DE ASSEIO

Fica assegurado o dia 16 de Maio como sendo o "Dia do Empregado de Asseio e Conservação", data esta em que será eleito o Servente-Padrão, ocasião em que ambas as entidades promoverão um evento festivo.

DISPOSIÇÕES GERAIS

MECANISMOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA OITAVA - DIVERGÊNCIAS

As divergências surgidas na vigência desta Convenção poderão ser dirimidas pelos Sindicatos Convenentes, através de Termos Aditivos específicos, bem como na Comissão de Conciliação Prévia Intersindical ou na Justiça do Trabalho, sempre que não houver acordo entre as partes.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA NONA - COMISSÃO INTERSINDICAL DE CONCILIAÇÃO PREVIA DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO-CICPAC

Os Sindicatos Convenentes revalidam a Cláusula Septuagésima Primeira – COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA, da Convenção Coletiva de Trabalho, firmada para o período de 1º de Março de 2024 a 28 de Fevereiro de 2025, registrada no MTE sob a MR016520/2024.

APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA - CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO - OBRIGATORIEDADE

Visando o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de prestação de serviços, as empresas, obrigatoriamente, deverão levar ao conhecimento dos tomadores de serviços, o inteiro teor da presente Convenção Coletiva de Trabalho.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA PRIMEIRA - REFORMA TRABALHISTA LEI Nº 13.467, DE 13 DE JULHO DE 2017

Os Sindicatos Convenentes acordam que a Lei nº 13.467/17 terá efeito imediato e aplicação integral nos contratos de trabalho em curso, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada, nos termos do artigo 5º, da XXXVI, da Constituição Federal.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA SEGUNDA - PRINCÍPIOS DA UNICIDADE SINDICAL E VALORIZAÇÃO SOCIAL DO TRABALHO

As empresas que venham a prestar serviços de Asseio e Conservação no Município do Rio de Janeiro deverão cumprir integralmente os termos da presente Convenção Coletiva de Trabalho, bem como possíveis Acordos Coletivos de Trabalho firmados com o Sindicato dos Empregados das Empresas de Asseio e Conservação do Município do Rio de Janeiro, sendo vedado, para todos os fins de direito, em nome dos Princípios Constitucionais da Unicidade Sindical e da valorização social do trabalho, a celebração de qualquer outro Instrumento Normativo firmado com outros entes sindicais e com condições de remuneração salarial inferiores.

PARÁGRAFO ÚNICO: O piso salarial mínimo para a função de servente é no valor de R\$1.730,75 (um mil e setecentos e trinta reais e setenta e cinco centavos), para jornada normal de trabalho previsto no art. 7, inciso XIII, da CF, sendo vedado qualquer pacto normativo prevendo piso salarial menor que o previsto na presente convenção coletiva de trabalho.

DESCUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA TERCEIRA - DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Considerando-se que a Convenção Coletiva de Trabalho representa direito do empregado, nos termos do Art. 7º, XXVI, da Constituição Federal e, visando a que, conjuntamente, as partes aqui convencionadas possam agir contra irregularidades no cumprimento das obrigações trabalhistas elencadas nesta convenção e nas leis em geral, fica estabelecido que, a qualquer tempo, o Sindicato Laboral e/ou Patronal ou o Sindicato Laboral e/ou qualquer empresa, manifestar-se-ão junto aos clientes tomadores de serviços, quando tiverem ciência de que alguma empresa tenha apresentado preço considerado inexeqüível, ou seja, aquele que evidencia clara impossibilidade do cumprimento remuneratório trabalhista e fiscal. Esta ação conjunta e/ou isolada, dependendo de cada situação, ensejará em manifestação escrita junto ao cliente - tomador de serviços de asseio e conservação por parte principalmente do Sindicato Laboral, visando a alertá-lo para a impossibilidade matemático-financeira do preço (inexeqüível) cobrir as obrigações trabalhistas e fiscais, coadunando-se, outrossim, com o disposto no Art. 48, II, da Lei nº 8.666 de 21/6/93.

RENOVAÇÃO/RESCISÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA QUARTA - ANTECIPAÇÃO DA DATA BASE

As partes poderão deliberar sobre a antecipação da data base da categoria de Asseio e Conservação, caso a data base do Salário Mínimo Nacional seja antecipada.

OUTRAS DISPOSIÇÕES

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA QUINTA - PERÍODO DE ADAPTAÇÃO À NOVA FUNÇÃO

A empresa poderá alterar o contrato de trabalho do empregado até o prazo de 6 (seis) meses da promoção de cargo, caso o mesmo não tenha se adaptado às rotinas da nova função, ocasião em que, de forma a preservar o emprego, o mesmo será revertido ao cargo efetivo e anteriormente ocupado, inclusive, com o salário anterior à respectiva promoção.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA SEXTA - PRESERVAÇÃO DO BENEFÍCIO

Os benefícios oferecidos por força dos contratos de prestação de serviços terceirizados, com custeio integral ou parcial por parte da empresa contratante de serviços, como plano de saúde ou odontológico, poderão ser descontinuados em virtude de aposentadoria por invalidez, afastamento formal ou por transferência do empregado de seu antigo posto de serviço para um novo local, onde não haja as mesmas previsões contratuais de trabalho, passando o empregado a receber os benefícios convencionados, nos termos da legislação pertinente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os benefícios previstos na presente cláusula não geram obrigatoriedade para todos os empregados, mas tão somente àqueles vinculados aos contratos de prestação de serviços terceirizados que fizerem tal exigência.

PARÁGRAFO SEGUNDO: No caso do plano de saúde ou odontológico, de forma a não haver razão de descontinuidade do atendimento ao empregado, a empresa manterá o pagamento pelos 60 dias que sucederem ao respectivo afastamento ou transferência previsto no caput, sendo que após o prazo assinalado de 60 dias, o plano de saúde ou odontológico correrá por conta e responsabilidade exclusiva do empregado, que será comunicado por escrito no ato de seu afastamento ou transferência.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Nos casos de demissão do empregado, o plano de saúde ou odontológico será

imediatamente descontinuado.

PARÁGRAFO QUARTO: Na hipótese de substituição ocasional, ou ainda para cobertura de ausências, férias e licenças, os benefícios ofertados por força de contrato de prestação de serviços poderão ser instituídos, a partir do 90º (nonagésimo) dia de trabalho, desde que vinculado ao contrato de prestação de serviços que gera o respectivo direito.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA SÉTIMA - SESMET COLETIVO

O Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Estado do Rio de Janeiro fica autorizado, para efeito das previsões do subitem 4.14.3, da NR 04 da Portaria 3214/78, a constituir, organizar e administrar “Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho”.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA OITAVA - DO AFASTAMENTO DECORRENTE DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

Na hipótese do empregado ser encaminhado ao INSS para recebimento de benefício previdenciário, e tenha este sido negado ou cessado, deverá o mesmo retornar a empresa imediatamente após comunicação do INSS. Fica, outrossim, determinado que o empregado deverá informar a empresa as decisões de deferimento ou indeferimento e/ou demais movimentações de benefícios e/ou aposentadoria, no prazo máximo de 48 horas após comunicação, sob pena de não poder requerer qualquer verba inerente ao período não informado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Caso o empregado opte por recorrer da decisão do INSS, pelas vias administrativas ou judiciais, e não retorne ao trabalho, deverá o mesmo entregar a empresa, por escrito, a intenção de recurso, ficando durante o período com o contrato de trabalho suspenso até que volte a laborar, cumprindo os tramites legais de retorno ao trabalho.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Anualmente, o empregado afastado deverá comunicar a empresa a sua respectiva situação, considerando os efeitos da presente cláusula coletiva de trabalho.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA NONA - TERMO DE QUITAÇÃO ANUAL DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Fica estabelecido que o termo de quitação anual de obrigações trabalhistas (art. 507-B da CLT), que é uma faculdade dos empregados e empregadores, será firmado pelo Sindicato Laboral, desde que a empresa esteja cumprindo rigorosamente com todas as cláusulas convencionadas, com a apresentação da CERSIN previsto na cláusula sexagésima sétima da presente convenção coletiva de trabalho.

PARÁGRAFO ÚNICO: O termo previsto no caput da presente cláusula discriminará as obrigações de dar e fazer cumpridas mensalmente e dele constará a quitação anual dada pelo empregado, com eficácia liberatória das parcelas nele especificadas.

CLÁUSULA OCTAGÉSIMA - DO REGISTRO DA NORMA COLETIVA DE TRABALHO

Os Sindicatos Convenientes revalidam o disposto no parágrafo primeiro, do artigo 614 da CLT, determinando que as Convenções e os Acordos entrarão em vigor 3 (três) dias após a data do respectivo protocolo no Ministério do Trabalho e Emprego, criando direitos e obrigações, bem como produzindo seus efeitos legais reconhecidos pelo inciso XXVI, do artigo 7º, da Constituição Federal.

PARÁGRAFO ÚNICO: O depósito das normas coletivas de trabalho no sistema mediador do MTE, nos termos da

imensa jurisprudência do TST (PRECEDENTES), servirá única e exclusivamente para fins de publicidade.

}

**RICARDO COSTA GARCIA
PRESIDENTE
SINDICATO DAS EMP ASSEIO E CONS EST DO RIO DE JANEIRO**

**GILBERTO CESAR DE ALENCAR
PRESIDENTE
SINDICATO DOS EMPREGADOS DE EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO DO MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO-
RJ**

ANEXOS ANEXO I - ATA

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministerio do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.